

ty

ac
A

ATA

N.º 02/2026

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

Realizada em
26 de fevereiro de 2026

aula 47

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026:

---Aos **vinte e seis** dias do mês de **fevereiro** do ano **dois mil e vinte e seis**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Alberto Queiroga Figueiredo, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Carlos Jorge Enes Capitão de Abreu e Tânia Sofia Lima da Mota.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

António Benjamim da Costa Pereira,
Otilio da Silva Hipólito,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
António José Pereira Morgado,
Elvira Maria Cubelo Morais,
Maria Gabriela Maranhão Abreu,
João Paulo Peixoto Torres,
Rita Jorge Holbeche Tinoco de Faria,
João Pedro da Costa Laranjeira,
André Lima de Carvalho,
Elsa Isabel Gonçalves Fernandes,
Olga Cristina Moura Dias,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Maria Alexandra Lage Sousa,
António Mateus Ribeiro Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel Correia da Vinha,
Manuel Filipe Marques Moreira,
Filipe Manuel Fonseca Marques,
José Miguel Gonçalves de Sousa,
Valdemar Mota de Faria,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Carlos Manuel Gonçalves Vilas Boas,
Jorge Humberto de Sousa e Silva,
Carlos Manuel Sampaio Brás Lima,
Carlos Manuel Calheiros de Almeida,
Fernando Gabriel Neves da Cruz,
Rui Manuel da Ponte Gonçalves, e
Óscar Fernando Monteiro Torre da Silva.

---Sendo 20 horas e 30 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento

7j
Paul
R

da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Pires Martins da Silva, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Aurélio Mariz Neiva,
Octávio Dimas Fernandes Eiras,
Paula Cristina Fonseca de Abreu Cepa,
Fátima Heloísa Pereira Escrivães,
Marina Luísa Carneiro Garcia Cardoso, e
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa.-----

---Verificou-se, entretanto, a ausência do Senhor Deputado Municipal Dinis Cunha Ferreira.---

---Não compareceu inicialmente o Senhor Deputado Municipal António Mateus Ribeiro Torres, tendo chegado pelas 20 horas e 37 minutos.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar todos os presentes, passando de imediato à aprovação das Atas.-----

01.01 - APROVAÇÃO DE ATAS:-----

01.01.01 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2025 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e dois de dezembro de 2025 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2025. -----

Não participou na discussão e votação do presente assunto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fão, Valdemar Mota de Faria, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não ter estado presente na sessão de 22 de dezembro de 2025.-----

Não participou igualmente na discussão e votação do presente assunto o senhor deputado António Mateus Ribeiro Torres, por não se encontrar presente na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.01.02 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2026 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia doze de janeiro de 2026 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2026.-----

Não participou na discussão e votação do presente assunto o senhor deputado António Mateus Ribeiro Torres, por não se encontrar presente na sessão no momento da votação do presente assunto.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, António Benjamim Pereira, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados Municipais,
Público presente,*

Passaram 100 dias sobre a tomada de posse do novo executivo camarário. Durante a campanha foram criadas muitas expectativas aos esposendenses, num discurso que assentou numa retórica política de que não se tinha feito nada no passado, numa hipotética gestão danosa e irresponsável e que a Câmara de Esposende seria um antro de corrupção e de compadrio.

Estas palavras e este discurso político, vindo de pessoas que durante anos apoiaram e até fizeram parte do projeto político do PSD e das listas, era estranho e contraditório. Mas, a verdade, é que fruto de uma conjuntura política nacional, populista e demagógica, colheu junto da opinião pública e permitiu atingir um resultado positivo sem qualquer dúvida. Posso dizer que o projeto da Mudança está para Esposende como o Chega está para o país. Criticar, denegrir as instituições e as pessoas, levantar falsos testemunhos, dar a entender aos cidadãos que é tudo gerido com falta de transparência, é efetivamente um discurso que colhe votos. Curiosamente, o Chega de Esposende está até muito bem representado nesta Assembleia Municipal, por alguém que tem tido uma atitude muito responsável e coerente, face às realidades políticas do município, o Deputado André Carvalho. O que lamentamos, é que o executivo, tenha durante este ainda curto período de tempo, desbaratado tantos recursos financeiros e tanto prestígio político, que o município de Esposende conquistou ao longo dos

43/ *em*

anos. Coloco em evidência o recente apoio do Senhor Presidente da Câmara, ao candidato à Comissão de Coordenação da Região Norte, Doutor António Cunha, quando sabia que o Engenheiro Álvaro Santos, era o candidato indicado, após acordo partidário, para continuar esse trabalho. O executivo colocou-se assim, contra o atual Governo, apoiando um candidato diferente. Felizmente que esta Assembleia eleitoral, votou, maioritariamente no engenheiro Álvaro Santos, infligindo assim uma derrota política humilhante ao atual executivo.

Mas na política, a memória e o dano político já estava infligido.

O município vai precisar muito da Comissão de Coordenação da Região Norte, e vai ter lá o homem, que não apoiou.

Importa também saber, em que ponto está a auditoria financeira, se já avançou ou não, se já foi feita a contratação da entidade ou não.

É importante que a verdade sobre a situação financeira do município, venha rapidamente ao de cima. Propositadamente ou por falta de conhecimento nessa área, rapidamente espalharam pelo concelho que havia um buraco financeiro no município.

Questiono diretamente o Senhor Presidente se ainda partilha desta opinião e se nos pode deixar aqui os dados sobre o exercício de 2025, se o ano foi fechado com défice ou com superavit e em que montantes.

Mas há outros aspetos que nos preocupam muito mais do que esse, pois sabemos que a verdade sempre se sobrepõe a esses discursos maledicentes.

Preocupa-nos a política de terra queimada, levada a cabo pelo atual executivo.

Nada do que estava planeado e previsto tem valor. É preciso repensar tudo de novo, deixar cair projetos, mudar tudo e mais alguma coisa, mas, também já vimos que escasseiam as ideias.

Espero pelo menos, que passadas as intempéries, deixem agora de criticar e dizer mal do Canal Intercetor, como fizeram durante a campanha eleitoral.

O Parque da Cidade ficará amputado de quase 40 % da sua área, porque o executivo não entendeu o processo de aquisição dos terrenos. Diziam que afinal não tínhamos comprado os terrenos. Para que fique claro, havia terrenos comprados, havia um processo de declaração de utilidade pública em curso, que foi finalizado entretanto, mas cuja verba estava depositada numa conta específica para o efeito.

Havia um processo em curso no Tribunal, por parte de um privado, contra o Estado, para reconhecimento da propriedade privada, que teve, entretanto, o seu final.

Assim, era agora tempo de adquirir, tal como os outros terrenos, ou partir para outra declaração de utilidade pública. E isto é feito com os valores da avaliação, exatamente pelos mesmos valores que foram adquiridos os restantes terrenos e não com valores inflacionados.

Entretanto, a obra estava adjudicada e pôde começar.

Lamentamos que tenham assim passado, para a opinião pública, uma ideia errada sobre este assunto, e fica do lado do executivo, o ónus de termos um Parque da Cidade amputado de quase 1/3 da área inicialmente prevista. Ainda estão a tempo de reparar este enorme erro, o que espero venham a fazer.

O Centro de Saúde pergunto-me, como é possível deixar cair um projeto destes? Financiamento garantido de seis milhões de euros, projeto feito, concurso lançado em fase de adjudicação. Por receio de incumprimento de prazos, deixaram cair esta obra. Já podiam ter nesta altura, 4 meses de obra, e vamos ter prazo alargado ou mecanismos complementares de financiamento.

A alternativa, requalificar o anterior.

Pergunto, o que vão fazer aos utentes durante uma obra que terá, no mínimo um ano de duração? É e será sempre um edifício com 30 ou 40 anos reabilitado.

É uma pior localização. O novo ficava a escassos metros da central de camionagem, o que muito aproveitava, pelo menos às pessoas mais idosas, que possam utilizar esse meio de transporte.

É um local sem estacionamento, com graves problemas de estacionamento.

O novo tinha todo o parque da feira como área de estacionamento. Poderia e deveria ser utilizado, quer para a Santa Casa da Misericórdia, para aumentar as valências do hospital ou eventualmente para serviços municipais, como por exemplo, o setor do urbanismo, que pode muito bem ser deslocalizado do município, dos Paços do Concelho, a Proteção Civil, ou mesmo a START de Esposende, que está num edifício arrendado como todos sabemos.

Perderam também o dinheiro do projeto do edifício original e do novo projeto para o Centro de Saúde. E esse é irrecuperável. E a questão principal, o financiamento, de onde vem este financiamento, três milhões de euros para a requalificação do Centro de Saúde, não serão certamente do Plano de Recuperação e Resiliência, uma vez que, se já ultrapassava o prazo o anterior, certamente que, este jamais conseguirá cumprir prazos, porque estará em obra quando muito, a correr tudo bem, lá para maio ou junho.

Deixo uma pergunta que gostaria mesmo de ver respondida, de onde vem a verba no imediato, para a cabimentação da empreitada, uma vez que não há financiamento aprovado?

Lamentamos ainda e vou utilizar a palavra “o frete político” feito ao Clube Náutico de Fão, causando um prejuízo irremediável à freguesia de Fão, quando havia soluções para satisfazer o Clube e, ao mesmo tempo, ter uma infraestrutura tão importante como seria a Residência de Estudantes.

O saldo é, portanto, altamente negativo.

Não há ideias novas, limitam-se a apresentar os projetos, os nossos projetos na área do saneamento básico, o que já tínhamos planeado, projetado e cabimentado. Até o passadiço dos Moinhos de Apúlia, parece que já é deste executivo quando a obra tinha sido adjudicada em setembro, ainda antes do ato eleitoral.

Repetem os nossos eventos, retirando-lhes qualidade e impacto, como foi o caso gritante da Gala do Desporto, divulgam-se obras como a estrada Antas-Forjães, ou a intervenção nas Piscinas Municipais, como se fossem obra do novo executivo e não são.

Senhor Presidente, reconheço em si um homem inteligente e capacitado, peço-lhe muito humildemente, para não se deixar levar por discursos de vingança e perseguição. Sabe muito bem que tínhamos um plano sólido de desenvolvimento para Esposende, partilhou comigo no mandato anterior, não estava tudo mal, como tentam dizer às pessoas.

Esposende, precisa continuar no rumo certo do crescimento e desenvolvimento.

Não permita que nos arrastem para a estagnação e para o marasmo.

Muito obrigado.”-----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

“Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente da Mesa,

Restantes membros da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara,

As
es

*Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Presidentes de Junta,
Público presente,
Muito boa noite a todos!*

Eu vou apresentar 2 Votos de Pesar subscritos por todos os Grupos Políticos e 1 Recomendação:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL RAÚL BARROSO VIEIRA.-

*“Foi com profunda consternação que no passado dia 17 de janeiro, recebemos a notícia do falecimento prematuro de **Manuel Raúl Barroso Vieira**, de 45 anos de idade.*

Respeitado por todos, Raúl Vieira desempenhou funções na portaria dos Paços do Concelho ao serviço da empresa de segurança que presta serviços na Câmara Municipal.

Homem dedicado, Raúl Vieira desempenhou sempre as suas funções na portaria do Município com grande profissionalismo, simpatia e respeito por todos.

Raúl Vieira foi também um homem do desporto. Apaixonado pelo futebol, deixou a sua marca indelével pelos clubes por onde passou, tornando-se um verdadeiro amigo da modalidade e de quem com ele teve o privilégio de trabalhar.

Mas será sempre pelo amor e dedicação plena à sua família que Raúl Vieira marcou quem com ele privou. De sorriso fácil, foi um pai zeloso e um marido dedicado, e tinha nas suas três filhas e na sua esposa o seu grande objetivo de vida e a sua grande paixão.

Raúl Vieira partiu inesperadamente, mas deixou na comunidade e no mundo associativo por onde passou, a memória de alguém que sempre soube respeitar o outro, contribuindo sempre para o bem de todos.

Raúl Vieira será sempre, para nós, uma inspiração enquanto, homem, profissional, pai e marido.

*Assim, neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal associam-se à família e aos amigos de **Manuel Raúl Barroso Vieira**, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.*

Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FELIZ BRANDÃO FERREIRA.-----

*“Faleceu no passado dia 20 de janeiro, **Feliz Brandão Ferreira**, com 52 anos de idade, Bombeiro na Corporação da Benemérita Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fão.*

Feliz Ferreira, dedicou grande parte da sua vida à nobre causa de Soldado da Paz, onde durante 30 anos, de forma exemplar, serviu a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Fão.

Admitido em 26 de abril de 1994, construiu um percurso notável e exemplar: Bombeiro de 3.ª em 29 de março de 1998, Bombeiro de 2.ª em 7 de julho de 2012 e Bombeiro de U em 25 de fevereiro de 2019, culminando com a sua integração no Quadro de Honra como Subchefe a 27 de agosto de 2025, tendo sido homenageado no passado dia 3 de janeiro no momento das

comemorações do 100º aniversário da Benemérita Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fão.

Homem dedicado à causa pública, Feliz Ferreira foi ainda membro da Irmandade do Bom Jesus e da Comissão de Festas da Senhora da Bonança.

*Assim, neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal associam-se à família e aos amigos de **Feliz Brandão Ferreira**, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.*

Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

3 – RECOMENDAÇÃO “PELA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS EM PEDRINHAS E CEDOVÉM, EM APÚLIA”.-----

“Em resultado dos efeitos do mau tempo que assolou o país ao longo dos últimos meses, voltaram para a agenda da discussão pública e política, questões determinantes com impacto na segurança de pessoas e bens, nomeadamente, relacionadas com as infraestruturas, a habitação, a agricultura e a economia, a segurança da população e os problemas ambientais relacionadas com a erosão costeira.

Se a zona centro do país foi a mais afetada pelas sucessivas tempestades, que provocaram danos e prejuízos incalculáveis às populações e às empresas, podemos afirmar que no concelho de Esposende, fruto de uma política de prevenção ativa, implementada pelos executivos liderados pelo PSD ao longo dos últimos anos, foi possível mitigar, e nalguns casos, evitar que as fortes chuvadas e rajadas de vento que se fizeram sentir, provocassem danos maiores e irreparáveis às pessoas e ao seu património.

Como exemplo maior, falamos, naturalmente, do canal Intercetor: um investimento cuja aceitação inicial não foi consensual, mas cujo resultado prático da sua ação e funcionamento tem justificado cada cêntimo que nele foi investido.

*Mas, se por um lado na parte terrestre do nosso território a prevenção permitiu mitigar os efeitos das tempestades, por outro lado, lamentamos, que fruto da passividade do Estado ou pela demora na implementação dos projetos estruturantes de defesa e prevenção da orla costeira por parte da Tutela, episódios de mau tempo como aqueles que vivemos, tenham trazido à colação aquilo que temos vindo a alertar há anos: **A necessidade urgente de se intervir na zona de Cedovém e Pedrinhas e na defesa da nossa costa.***

Neste sentido, e como é sabido, o último executivo liderado pelo PSD, numa luta desigual contra a força da natureza e o avanço do mar, perante a tal passividade do Estado, com responsabilidade avançou para o desenvolvimento de um projeto que visa a requalificação de todas a zona de Cedovém e Pedrinhas.

Falamos do Projeto de Requalificação Ambiental e Valorização das Atividades Tradicionais em Pedrinhas e Cedovém, em Apúlia.

Como todos tivemos a oportunidade de testemunhar, em resultado das intempéries, foram várias as situações de risco que se verificaram naquela zona: casas em risco de desabar, praias a desaparecer, pescadores sem possibilidade de ir ao mar e todo um conjunto de danos na orla costeira que muito prejudicaram quem lá vive e trabalha.

Por essa razão, e apesar de sabermos que a responsabilidade da implementação deste projeto é da APA, é imperioso que o atual executivo retome o projeto e não o deixe cair.

h
e
v

O projeto encontra-se numa maturidade avançada: está pendente do projeto de execução e de financiamento por parte da APA.

O município, liderado pelo PSD deu um sinal claro na vontade de resolver um problema grave que se arrasta há décadas. Substitui-se ao estado na elaboração do projeto e suportou os seus custos.

E por isso, é importante que se diga que não só da renaturalização e proteção da costa estamos a falar. Na elaboração do projeto está também em causa a reorganização urbanística de toda aquela zona, nomeadamente através da realocização dos restaurantes, do realojamento das famílias que lá habitam e da garantia da criação de melhores condições de trabalho para a classe piscatória que desenvolve a sua atividade naquele Lugar.

E porque está em causa o bem-estar das pessoas, este é um projeto fundamental para a vila de Apúlia no seu todo, mas sobretudo para o núcleo que reside e trabalha no Lugar de Cedovém.

Por tudo isto, entende o Grupo político do PSD, na sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2026, RECOMENDAR à Câmara Municipal que dê continuidade a este projeto, pois além de estratégico, a sua concretização é fundamental para garantir a segurança de pessoas e bens, e para garantir que a economia local, que tantas famílias alimenta, se mantenha viva, atrativa e diferenciadora com tudo o que tem para oferecer.”-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, João Paulo Torres, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa os restantes membros,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Restantes membros do Público aqui presentes.*

1 - RECOMENDAÇÃO “PELA CONCRETIZAÇÃO URGENTE DA EMPREITADA DAS PAVIMENTAÇÕES”.-----

“É do conhecimento público que o executivo anterior, liderado pelo PSD, deixou em agenda e pronto a iniciar, a empreitada de reabilitação de diversos arruamentos por todo o concelho, entre os quais:

- Avenida dos Banhos; Rua do Farol e estacionamento; Avenida Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira e Avenida Padre Sá Pereira (Esposende)*
- Avenida António Veiga (Fão)*
- Avenida da Praia; Rua do Facho; Rua da Lagoa; Travessa do Açude (Apúlia)*
- Rua de S. Lourenço - Vila Chã;*
- Antiga EN 305. (Curvos/Vila Chã)*

Empreitadas para as quais está já aprovado um financiamento superior a 3 milhões e 200 mil euros.

Ora, passados quatro meses sobre as eleições autárquicas, o atual executivo ainda não foi capaz de iniciar esta obra que, apesar de estar pronta a iniciar desde outubro 2025, ainda não viu a Luz do dia.

Todos, diariamente passamos e circulamos por essas vias, e todos, diariamente, testemunhamos o agravar do péssimo estado no qual se encontram: com cada vez mais buracos e fissuras e com mais desgaste.

Uma situação que se arrasta de forma incompreensível e sem justificação, pondo em perigo os utentes dessas vias e a segurança de pessoas e bens e que se agravou com as intempéries que se fizeram sentir nos últimos meses.

*Assim, por considerar fundamental esta intervenção, e na esperança de que não se deite ao caixote do lixo mais uma obra fundamental para o bem-estar e segurança das pessoas, o Grupo Político do PSD nesta Assembleia, **RECOMENDA**:*

- **Que o Executivo Municipal não deixe cair estas obras, as quais, juntamente com as que se encontravam previstas em cooperação com a Esposende Ambiente - por conexas com empreitadas de saneamento herdadas do executivo anterior - representam uma necessidade básica de conservação viária ao serviço da população residente e de quem nos visita;***
- **Que apesar de não ser da responsabilidade da Câmara intervir nas Estradas Nacionais, seja intensificada a reivindicação da sua manutenção junto da Infraestruturas de Portugal;***
Mais se recomenda,
- **Que fruto do mau tempo que assolou também o nosso concelho nos últimos meses - ainda que em dimensão manifestamente menos gravosa que aquela que se sentiu noutros pontos do país - seja feito, com a colaboração das juntas de freguesia, um levantamento rigoroso das vias que ficaram deterioradas pelo mau tempo e que requerem intervenção urgente, colocando em risco a segurança de peões e condutores.***-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, António Torres, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*“Ex.mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da Mesa,
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara e executivo,
Caros Deputados,
Presidentes de Junta,
Público aqui presente e todos os jovens,*

Vimos aqui apresentar uma Moção:

1 - MOÇÃO “PELA INTEGRAÇÃO DE ESPOSENDE NO PENTÁGONO URBANO DO MINHO”.-----

*“O Grupo Político do PSD traz hoje a esta Assembleia esta Moção que sendo simples na formá, é profundamente estratégica no alcance: **iniciar o processo de integração formal de Esposende no Pentágono Urbano do Minho.***

Como é sabido, a recente entrada de Viana do Castelo transformou o antigo “Quadrilátero” num sistema urbano alargado e dinâmico. O projeto deixou de ser apenas uma rede de cidades sem ligação à costa, para assumir uma dimensão atlântica, logística e de economia azul.

tg
ou
K

*Perante esta nova realidade, impõe-se uma pergunta inevitável: **Como pode Esposende - geograficamente central e conector natural deste território com o mar - ficar fora de uma estrutura da qual já faz parte na sua vivência prática?***

A resposta é simples e clara: Esposende não pode ficar para trás. E a demonstrá-lo estão as vivências dos nossos cidadãos e empresas que já vivem esta realidade e esta integração no seu quotidiano. Assim,

- ***Na Mobilidade e Fluxos Reais:** São muitos os nossos munícipes que trabalham e estudam diariamente em Braga, Barcelos e Viana. A A28 e a A11 não são apenas autoestradas; são avenidas intermunicipais de um território que funciona como um todo. Estar fora do Pentágono é estar fora da mesa onde se decidem os futuros eixos de transporte de alta performance.*
- ***Na "Dinâmica Logística" do Litoral:** Sem Esposende, o sistema apresenta uma descontinuidade territorial e estratégica. Somos o corredor intermédio essencial que liga o interior industrial à frente marítima. Se Viana do Castelo traz o porto comercial, Esposende traz o equilíbrio com a economia do mar, o turismo náutico e a sustentabilidade ambiental do Parque Natural do Litoral Norte.*
- ***Na Economia e Inovação:** O nosso tecido empresarial não é uma ilha; integra as cadeias produtivas do Ave, do Cávado e do Lima. A ausência de representação institucional cria um "custo de omissão" que não podemos ignorar.*
- ***No Ensino,** pela forte ligação à Universidade do Minho e ao IPCA, associada aos projetos estratégicos comuns na consolidação e desenvolvimento dos seus polos universitários (atuais- IPCA e futuro - MarUminho) no concelho, aderir ao Pentágono Urbano do Minho representará o fortalecimento e reforço da capacidade de atrair e fixar mais pessoas ao território no seu todo.*

E por isso, o Grupo Político do PSD nesta Assembleia, entende que integrar o Pentágono Urbano do Minho não é apenas um "ato simbólico". É uma questão estratégica e de influência política determinante.

*Com esta integração é importante sublinhar que **não se trata de perder autonomia municipal.** Trata-se, sim, de garantir o oposto:*

- ***Ganharemos Escala Negocial:** perante o Estado e a Europa para defender os interesses de Esposende.*
- ***Ganharemos Capacidade de Decisão:** Os programas europeus e os fundos de coesão privilegiam redes urbanas funcionais. Quem está sentado à mesa decide o futuro; quem está fora sujeita-se às consequências das decisões alheias.*
- ***Ganharemos Escala Metropolitana:** Esta rede é o embrião da futura Área Metropolitana do Minho. Esposende deve estar presente na fundação deste processo para garantir que os seus interesses específicos não sejam diluídos.*
- ***Ganharemos Benefícios Diretos para o Cidadão:** Desde a integração no sistema de passes intermodais até ao acesso ao Cartão Cultural, a adesão traduz-se em qualidade de vida imediata.*

Por tudo isto, e por ser este o momento do concelho de Esposende se assumir como um parceiro estratégico e indispensável do grupo dos cinco municípios que atualmente compõe o "Pentágono Urbano do Minho", entende o Grupo Político do PSD de Esposende ser urgente esta Assembleia Municipal, através da aprovação desta moção, recomendar ao executivo municipal para que desenvolva esforços no sentido de:

- *Se encetar contactos institucionais formais e urgentes com a governação do **Pentágono***

Urbano do Minho, para junto dele transmitir esta intensão;

- *Se solicitar, desde já, pela via formal, a abertura do processo de adesão de Esposende como membro de pleno direito;*
- *E que, em paralelo, estabeleça protocolos setoriais imediatos em áreas críticas como a mobilidade partilhada, o planeamento e defesa da orla costeira e a promoção turística conjunta.*

Assim, face ao exposto, à pertinência e à urgência de não deixar para trás Esposende na prossecução deste desiderato, propomos à Assembleia Municipal de Esposende, reunida em Sessão Ordinária no dia 26 de fevereiro de 2026, a aprovação da presente Moção, e que dela se dê conhecimento aos cinco Municípios que compõe o Pentágono Urbano do Minho.”-----

Interveio depois a Senhora Deputada Municipal, Sara Herdeiro, do Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, tendo referido:

“Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta,

Estimado público aqui presente,

Boa noite!

Venho apresentar uma proposta conjunta dos Grupos Políticos, de 1 Voto de Solidariedade:

***1 - VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM OS CONCELHOS AFETADOS PELA TEMPESTADE KRISTIN.*-----**

“A Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária, vem, por unanimidade de todos os seus Grupos Municipais, manifestar o seu profundo pesar e solidariedade para com as populações e autarquias dos concelhos atingidos pela Tempestade Kristin, nos quais foi declarado o estado de calamidade.

A excecionalidade e a gravidade do referido fenómeno meteorológico causou a perda de vidas humanas, que a comunidade de Esposende lamenta profundamente.

Paralelamente, a Tempestade Kristin causou danos significativos em habitações, infraestruturas críticas e equipamentos públicos, além de perturbações prolongadas no fornecimento de água, eletricidade e comunicações durante um período alargado, que afetou significativamente as condições de vida das populações, empresas e coletividades dos concelhos atingidos.

A Assembleia Municipal de Esposende reconhece e enaltece o empenho, a resiliência e a capacidade de resposta dos Municípios afetados, bem como a dedicação dos seus autarcas, trabalhadores municipais, forças de segurança, bombeiros e voluntários, cuja ação tem sido determinante no apoio às populações e na mitigação dos impactos causados por esta intempérie.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Esposende delibera:

1. *Expressar a sua total solidariedade institucional para com todos os Municípios e populações dos concelhos onde foi declarado o estado de calamidade na sequência da*

27 cur ✓

Tempestade Kristin;

2. *Dar conhecimento do presente Voto de Solidariedade aos respetivos Municípios afetados, como expressão formal de apoio e cooperação institucional.*-----

Intervio depois o Sr. Deputado Municipal, Francisco Melo, do Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, fazendo a intervenção política que se transcreve:

“Exm^{os}.

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta,
Estimado público aqui presente,*

Em primeiro lugar, gostaríamos de apresentar os nossos cumprimentos democráticos, na pessoa da Senhora Deputada Rita Faria, ao PS Esposende pela eleição de António José Seguro como Presidente da República.

É certo que a eleição para Presidente da República se trata de uma eleição pessoal. No entanto, não podemos ignorar que o Presidente ora eleito provém da área socialista, foi apoiado pelo Partido Socialista e, portanto, o PS está de parabéns.

A vitória do Presidente Seguro é, podemos dizer, a vitória de um socialista moderado, dialogante, que sempre primou pela elevação e cordialidade, que sempre privilegiou o consenso à confrontação, em claro contraponto com o estilo que, infelizmente, pautou as últimas lideranças socialistas.

Em Esposende, esperamos que este novo ciclo autárquico traga também à tona um PS mais à imagem de António José Seguro, António Guterres, Jaime Gama, José Vera Jardim ou Guilherme de Oliveira Martins — isto é, um PS institucionalista, capaz de dialogar, com postura construtiva — em detrimento de um PS vincado por um estilo truculento e de permanente “bota-abaixo”, que, infelizmente, marcou a sua atuação nesta casa.

Posto isto,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O início do novo ano foi, aliás, marcado por vários atos eleitorais.

É que, a par da eleição presidencial, tivemos também a eleição do novo presidente da CCDR-Norte, na qual foi eleito Álvaro Santos.

No dia seguinte à referida eleição, veio o PSD Esposende lamentar que o Presidente da Câmara Municipal tivesse apoiado outra candidatura, referindo, em comunicado, que esse apoio, e passamos a citar “não acautelou acautelar os reais interesses do concelho e dos seus Municípios, revelando um erro grave de análise da situação política regional e nacional”.

Apetece, pois, perguntar ao PSD Esposende: em que medida saem prejudicados os interesses do concelho pelo facto de o Presidente da Câmara ter apoiado outro candidato?

Receará o PSD Esposende que o novo presidente da CCDR-Norte vá distinguir entre concelhos de primeira — cujos presidentes apoiaram a sua candidatura — e concelhos de segunda — cujos presidentes não apoiaram a sua eleição?

Será essa a conceção de exercício de funções públicas que o PSD perfilha? A ideia de que quem ocupa cargos públicos deve privilegiar os que o apoiaram?

Mas isto faz algum sentido?

Infelizmente, não nos deveremos impressionar com esta estranha visãõ do exercício do poder por parte do PSD Esposende. Basta recordar que, recentemente, na última campanha autárquica, o deputado Benjamim Pereira invocava como argumento eleitoral para o voto no PSD, o facto de o Governo da República ser do PSD, como se o Governo da Nação — de todos os portugueses e de todos os municípios — pudesse ou devesse privilegiar concelhos da sua cor política em detrimento dos demais.

Voltamos a perguntar: faz isto algum sentido?

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Já passaram mais de 100 dias desde a nossa tomada de posse e o início deste novo ciclo autárquico.

Um período que poderemos definir como intenso, atenta a “herança difícil” recebida do anterior executivo do PSD — herança essa que torna agora mais evidente a razão pela qual o anterior executivo não quis fazer qualquer transição de dossiers, ao contrário do que vimos acontecer, muito recentemente, ao mais alto nível institucional, com o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa a convidar o seu sucessor para uma reunião de trabalho.

São vários os exemplos:

- (i) Desde logo, a falta de diligência na manutenção de edifícios públicos, alguns com infiltrações severas. Nos próprios Paços do Concelho, em determinadas divisões, chovia dentro.*
- (ii) Temos também a situação gravíssima dos procedimentos de avaliação dos serviços públicos, o SIADAP: com efeito, aquando da tomada de posse do novo executivo, o procedimento relativo a 2023/2024 não estava encerrado e o procedimento referente a 2025 nem sequer tinha sido aberto.*

A não conclusão do procedimento avaliativo referente ao biénio 2023/2024, bem como a não abertura do procedimento relativo a 2025, configura uma omissão grave, que está a causar prejuízos efetivos aos trabalhadores do Município, designadamente àqueles que, em condições normais, já deveriam ter progredido para posições remuneratórias superiores.

Acresce que a regularização tardia destas avaliações implicará a produção de efeitos remuneratórios retroativos, o que, além de gerar um impacto financeiro significativo para o Município, poderá também resultar em prejuízo adicional para os trabalhadores, nomeadamente em sede de retenção na fonte de IRS, por via da concentração num único momento de montantes remuneratórios respeitantes a períodos anteriores.

Tal situação, para além de comprometer os direitos legalmente consagrados dos trabalhadores em regime de emprego público, expõe ainda o Município a relevante contingência financeira e ao risco acrescido de litigância judicial, decorrente da necessidade de regularização integral dos procedimentos avaliativos em falta.

Vale a pena notar, a este respeito, que as organizações sindicais representativas dos trabalhadores já têm conhecimento desta situação, tendo, inclusive, manifestado formalmente a sua preocupação e sublinhado a urgência da sua regularização.

Handwritten initials in blue ink.

Esta realidade evidencia uma falha relevante na salvaguarda dos direitos e legítimas expectativas dos trabalhadores do Município, inteiramente assacada ao anterior executivo do PSD Esposende, o que não contribui para a valorização dos recursos humanos nem para a promoção de um ambiente organizacional estável e motivador. Com efeito, a qualidade e a eficácia dos serviços públicos municipais estão intrinsecamente ligadas à adequada valorização dos seus trabalhadores, sendo essencial assegurar o cumprimento atempado dos procedimentos legais de avaliação, como forma de garantir a sua justa progressão, reconhecimento profissional e motivação.

- (iii) *Temos ainda projetos lançados com base em calendário irrealista, como são os casos da Residência de Estudantes e do novo Centro de Saúde, cujos financiamentos pelo PRR implicariam que as obras estivessem concluídas até 31 de agosto de 2026, um prazo manifestamente inexecutável.*

A este propósito, vale a pena notar que o projeto da Residência de Estudantes nem sequer tinha o competente estudo económico-financeiro elaborado, obrigatório nestes processos.

E, no caso do centro de saúde, importa destacar o absurdo que seria construir um novo equipamento, quando aquele que atualmente existe, com a devida requalificação, oferecer exatamente as mesmas valências, os mesmos serviços e as mesmas condições assistenciais de um edifício novo. O dinheiro público não é para ser gasto sem critério, é para ser bem aplicado. Esse é o rumo certo que os esposendenses esperam de um Executivo.

- (iv) *E temos, também, a situação da habitação, em que o executivo anterior apresentou em 2024 s candidaturas no valor superior a € 15.000.000,00 para a construção de 104 fogos e reabilitação de 15, sem que houvesse projetos de execução, os quais foram apenas entregues neste mês de fevereiro, e sem que houvesse terrenos adquiridos pois para a aquisição ou expropriação de terrenos é necessário haver projeto de execução. Por isso é que a candidatura do Município de Esposende ficou de fora da meta das 26.000 habitações.*

Para termos exata noção da desgraça que foi o mandato do executivo anterior nesta matéria, Esposende ficou de fora da meta das 26.000 habitações do PRR. Por contraponto, esta semana, o município de Vila Real procedia à entrega de 180 apartamentos de habitação social financiados pelo PRR, tendo iniciado esse procedimento em 2024.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Apesar de todas as contrariedades, o Presidente Carlos Silva e a sua equipa vão tomando ação a partir do programa político sufragado por uma ampla maioria dos nossos concidadãos.

Em pouco mais de 100 dias:

- O tempo de espera para reunião com o Presidente da Câmara foi reduzido para cerca de uma semana. O tempo de um munícipe, empresário ou agente local ficar a aguardar meses por uma reunião com o presidente da Câmara terminou.*
- O prazo de pagamento a fornecedores foi reduzido de mais de 120 dias para 70 dias.*
- O procedimento do SIADAP para 2026 já foi iniciado.*

- *Está concluído o plano plurianual de saneamento básico, a concretizar em todas as freguesias do concelho — repito, todas.*
- *O regulamento relativo ao Cheque Estudante já está elaborado e brevemente será colocado a discussão pública.*
- *Foi aumentada a verba de apoio às associações locais.*
- *O processo de revisão do PDM está em andamento, com várias reuniões de trabalho realizadas — quando, até à tomada de posse, apenas tinha ocorrido uma.*
- *Foram regularizados os apoios às juntas de freguesia que tinham realizado obras, com concordância do executivo anterior, mas sem os respetivos procedimentos deliberativos realizados. Em causa estão cerca de 500.000,00 €.*
- *Foram avançados os projetos de requalificação de escolas, principalmente as escolas António Correia de Oliveira, de Criaz e Gemeses.*
- *Está a ser preparada a unidade de execução para a zona industrial de Fão-Fonte Boa.*
- *Está em curso o processo de constituição do Conselho Municipal da Juventude, com auscultação às coletividades juvenis de todas as freguesias.*

Enquanto isso, outras ações vão fazendo o seu percurso. Aproveitamos, pois, a ocasião, para perguntar:

Senhor Presidente da Câmara,

Em que ponto se encontra o processo de auditoria forense às contas do Município anunciado por V. Ex.º?

Sendo a habitação uma área crítica deste mandato, que iniciativas concretas já foram desencadeadas para dotar o concelho de mais habitação social?

Relativamente ao património municipal, depois de anos de alertas do Revisor Oficial de Contas sobre a ausência de inventariação completa, que medidas já foram tomadas?

E quanto ao reforço do apoio financeiro às freguesias, em que fase se encontra o processo?

Senhor Presidente da Câmara,

Há quatro anos, esta Assembleia aprovava uma moção pela construção de um novo hospital para servir Esposende e Barcelos.

Quatro anos depois, continuamos sem esse equipamento essencial.

Que ponto de situação pode hoje partilhar connosco relativamente ao futuro hospital?

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O desenvolvimento do concelho de Esposende deve assentar em três princípios fundamentais: transparência, rigor na gestão dos recursos públicos e participação da comunidade nas decisões estruturantes.

É esse o compromisso político do nosso movimento e que mais uma vez reafirmamos.

O futuro melhor para as atuais e futuras gerações de esposendenses é o farol e bússola no caminho que o Presidente Carlos Silva e a sua equipa têm pela frente.

Muito obrigado a todos.”-----

77
CML
W

Pelas 21 horas e 15 minutos, foi pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Intervio de seguida a Senhora Deputada Municipal, Rita Tinoco Faria, do PS, tendo referido:

*“Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara,
Sras. e Srs. Vereadores,
A mesa da Assembleia Municipal,
As Sras. e Srs. Deputados,
os Srs. Presidentes de Junta e o Público.*

Vou começar por apresentar 1 Voto de Pesar e 2 Votos de Louvor, também subscritos por todos os Grupos Políticos e depois vou fazer a minha intervenção política.

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO REALIZADOR JOÃO CANIJO.-----

“No passado dia 29 de Janeiro, aos 68 anos, faleceu em sua casa o realizador português João Canijo. Natural do Porto, João Canijo levou, ao longo da sua carreira, histórias sobre os modos de vida portugueses às salas de cinema e aos melhores festivais independentes de cinema na Europa. No seu filme de 2001, "Ganhar a Vida", por exemplo, retrata o quotidiano de uma mulher portuguesa emigrada em; e no filme "Sangue do Meu Sangue" (2011) retrata as duras condições de vida de uma família num subúrbio lisboeta.

Mais recentemente, lançou em 2023 os filmes "Mal Viver" e "Viver Mal", filmados integralmente no Hotel Parque do Rio, em Fão, tendo o filme "Mal Viver" ganho um Urso de Prata no Festival Internacional de Berlim. Estes 2 filmes deram origem a uma série que está em acesso aberto no RTP Play. Nestas obras, a arquitetura modernista do Hotel Parque do Rio e que caracteriza muitos outros edifícios de Fão e Esposende é usada como esplendoroso contexto de um drama familiar intenso entre várias gerações de mulheres da mesma família. Os sons que nos são tão característicos da Nortada, do Rio Cávado e do Mar são a banda sonora natural para uma história feminina intensa.

Pelo respeito pela história do local e do concelho, por ter permitido que uma das joias de Esposende possa ter sido levada além-fronteiras como uma obra de arte, pelo respeito granjeado enquanto contador da portugalidade, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária do dia 26 de Fevereiro de 2026, delibera:

- 1. Manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento de João Canijo;*
- 2. Enviar as mais sinceras condolências à família e amigos;*
- 3. Dar conhecimento desta deliberação à família enlutada.”-----*

2 - VOTO DE LOUVOR PELOS 100 ANOS DE EXISTÊNCIA DA BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÃO.-----

“No passado dia 27 de dezembro de 2025, a Benemérita Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fão assinalou a impressionante data de 100 anos de existência e de serviço às comunidades. A associação tem atualmente cerca de 1.500 sócios e é reconhecida

pela permanente presença de proximidade e auxílio quer à população do nosso concelho, quer a todo o distrito.

A Benemérita Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fão é uma corporação absolutamente essencial para a qualidade de vida de todos e todas as esposendenses e merece um reconhecimento público pelo seu trabalho, dedicação e compromisso ao longo de todo um século de atividade.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária do dia 26 de Fevereiro de 2026, delibera:

- 1. Fazer um voto de louvor pelos 100 anos de existência da Benemérita Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fão, agradecendo os serviços prestados ao concelho;*
- 2. Dar conhecimento desta deliberação à sua Direção.”-----*

3 - VOTO DE LOUVOR PELOS 50 ANOS DA ELEVAÇÃO DE FÃO A VILA.-----

“No dia 8 de Janeiro, Fão marcou os 50 anos da sua elevação a vila, fruto do trabalho de cidadãos e cidadãs que, reunidos numa comissão instaladora, lideraram o processo de elevação administrativa de Fão a vila em prol da afirmação da sua identidade e do seu papel no concelho de Esposende, briosos da singularidade de Fão e das suas características.

A identidade e a história Fangureira, as ruas e riquezas naturais, gastronómicas, culturais e históricas de Fão são amplamente conhecidas e apreciadas dentro e fora do concelho e devem ser mantidas e acarinhadas. A singularidade desta vila deve ser valorizada e é sem dúvida um motivo de grande orgulho para todo o concelho.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária do dia 26 de Fevereiro de 2026, delibera:

- 1. Fazer um voto de louvor pelos 50 anos da elevação de Fão a vila;*
- 2. Dar conhecimento desta deliberação aos membros (ou às respetivas famílias) da comissão instaladora*
- 3. Dar conhecimento desta deliberação à Assembleia de Freguesia de Fão.”-----*

Passo à minha intervenção política,

O mês de fevereiro trouxe ao nosso país e a outros locais da Europa um conjunto de eventos climáticos extremos. Por comparação com outros municípios, como Leiria ou Alcácer do Sal, o concelho de Esposende sofreu muito menos, como que por milagre. Ainda assim, houve inundações, marcada destruição de dunas, de passadiços e de elementos de apoio às praias e consequências para várias atividades económicas, particularmente a pesca.

O município ajudou no apoio a comunidades afetadas noutros lados do país, mas não promoveu – que se saiba – informação sobre danos sofridos ou apoios prestados durante estas últimas semanas, nem se percebe o que se está a fazer para preparar o futuro. Sabemos que as associações de pescadores se têm unido para exigir da Secretaria de Estado medidas de apoio, mas não se viu a Câmara ajudar nessas reivindicações, à semelhança do que outras autarquias fizeram.

Além do mais, é cada vez mais urgente planear não apenas as respostas a este tipo de eventos climáticos extremos, mas também preparar o território e as comunidades para a prevenção e a resiliência. O Parque Natural do Litoral Norte, a APA, o ICNF, as câmaras e freguesias, a

proteção civil e forças de segurança do concelho, as comunidades, todas em interligação devem fazer mais e melhor para planear em conjunto e responder às alterações climáticas que afetarão todos, independentemente da cor política, idade, estatuto socioeconómico, cor da pele ou clube de futebol. Esposende, apesar de estar em zona de risco de inundações e cheias, parece estar à espera, não se sabe bem do quê. Seja o que for, quando vier já será tarde demais.

Noutro ponto, soube-se que, em finais de janeiro, o Sr. Presidente da Câmara acompanhou a Ministra da Saúde numa visita à Unidade Local de Saúde de Barcelos/Esposende mas pelos vistos perdeu a oportunidade de insistir numa solução para o novo centro de saúde de Esposende. Segundo notícias divulgadas, os municípios de Ermesinde e Valongo estão em articulação com a tutela para a flexibilização ou adaptação das exigências dos fundos PRR para a construções de centros de saúde lá.

Mas em Esposende parece que o que temos é suficiente e adequado porque não se insiste na solução da construção do novo centro de saúde quando, na verdade, ainda se pode estar a tempo de apanhar este barco.

Sabemos, por exemplo, que as instalações do centro de saúde existente serão melhoradas, mas sabe o Sr. Presidente que estas ficam situadas em terreno cedido pela Sta. Casa da Misericórdia de Esposende? Cedência essa que está protocolada e que tem um prazo para terminar até porque o terreno faz falta à própria Sta. Casa?

Não se entende por que foi abandonada tão rápida e facilmente a construção do que deveria ser considerado uma infraestrutura absolutamente essencial para o desenvolvimento do concelho. Será que “em casa de ferreiro espeto e pau” e a saúde pública não é uma prioridade para a câmara presidida por um médico de formação?

Aproveito os últimos segundos também para agradecer ao Dr. Francisco Melo as palavras que tão amavelmente me dirigiu e as congratulações pela eleição do Presidente José Seguro, será certamente o Presidente de todas e de todos, deixe-me só, apenas informar que o PS local e nacional mantém toda a autonomia para determinar, quer os seus estilos de liderança, quer os seus estilos de líderes, porque é um partido pluralista e democrático. Quanto à referência velada, ao anterior líder do PS na Assembleia Municipal, e já é a segunda vez que o faz, Senhor Deputado, ou é trauma, ou é saudade, mas cá estaremos se quiser promover um encontro com ele.

Obrigada!”-----

Intervio depois o Sr. Deputado Municipal, André Carvalho, do CHEGA, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa,
Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação,
Senhores Deputados,
Público presente.*

Quero começar esta intervenção por manifestar a nossa solidariedade com todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, foram afetadas pelo mau tempo das últimas semanas em todo o território nacional. Fomos confrontados com intempéries severas que causaram prejuízos e preocupação generalizada.

Em Esposende não foi diferente.

De norte a sul do concelho assistimos a situações delicadas, especialmente para quem vive, circula ou trabalha junto às margens do Rio Neiva e do Rio Cávado.

É precisamente este último que, neste momento, mais nos preocupa — particularmente na freguesia de Fão.

Os sucessivos episódios de alagamento continuam a repetir-se.

Não estamos perante um fenómeno isolado. Não estamos perante algo imprevisível. Estamos perante um problema recorrente, estrutural, que causa prejuízos materiais, transtornos às famílias, condicionamento da circulação e um crescente sentimento de abandono por parte da população.

Estas pessoas não podem continuar a viver sempre com a mesma angústia: cada vez que chove, perguntam-se se as suas casas, garagens ou estabelecimentos serão novamente inundados.

Senhor Presidente,

Já em dezembro, abordámos este assunto, nessa ocasião, V. Exa. informou-nos que estaria agendada uma visita ao local para análise da situação.

Entretanto, há poucas semanas, o cenário voltou a repetir-se — desta vez com níveis históricos, causando novamente danos e transtornos que se repetem ano após ano!

Por isso, Senhor Presidente, sabemos que este problema não é novo, não é pontual e não é imprevisível.

A pergunta é clara: O que foi feito, o que está a ser feito e o que vai ser feito — e em que prazos — para minimizar este problema estrutural?

Se existem constrangimentos ambientais, digam-se.

Se existem limitações legais, esclareçam-se. Se é necessário investimento significativo, assumam-se prioridades.

O que não pode continuar é este ciclo repetido: chove, alaga, limpa-se... e espera-se pela próxima cheia.

Quero também aproveitar este momento para abordar a situação do Complexo das Piscinas Foz do Cávado, em Esposende.

Este equipamento foi inaugurado em 1996. Estamos em 2026. Assinalam-se, portanto, 30 anos de existência.

Trinta anos de utilização intensiva por milhares de crianças, jovens, atletas, seniores e utentes de múltiplos programas.

Outrora uma referência, um orgulho e um símbolo de modernidade para o concelho — hoje transmite uma triste imagem de degradação, desorientação e abandono.

Importa também recordar — com o devido respeito institucional — que em 1996 o Presidente da Câmara Municipal era o atual Presidente desta Assembleia.

Estamos, portanto, a falar de um equipamento que nasceu sob uma liderança política que ainda hoje exerce funções. Isso reforça a responsabilidade coletiva sobre o seu estado atual.

No passado dia 24, foi divulgado um comunicado informando que a obra se encontra em “fase de reorganização técnica e operacional”, tendo sido encontrada interrompida e com o edifício sem cobertura.

Segundo o comunicado, essa situação prolongou-se no tempo, foi agravada pelas condições meteorológicas e contribuiu para a deterioração do interior da infraestrutura.

Isto é grave.

44
com

Estamos a falar de um equipamento com 30 anos que, durante uma intervenção, ficou exposto às intempéries, obrigando agora à atualização de relatórios técnicos para avaliar danos acumulados. Um edifício que seria reaberto no passado mês de janeiro, mas que no presente momento apresenta uma necessidade de ainda mais obras que aquando do seu encerramento.

As questões são inevitáveis:

- Qual o motivo da obra estar parada?*
- Como foi possível deixar o edifício sem cobertura durante um período prolongado?*

O comunicado refere três fases de intervenção, sendo a primeira estrutural e prioritária.

Ou seja: neste momento não estamos a modernizar — estamos a corrigir danos.

E isso é politicamente relevante.

Porque uma coisa é investir para melhorar.

Outra coisa é investir para recuperar prejuízos decorrentes de falhas de planeamento.

A Câmara afirma que a origem do problema é anterior ao atual mandato.

Muito bem.

Mas os municípios querem respostas objetivas:

- Qual é o novo prazo realista para reabertura plena?*
- Que garantias existem de que não voltaremos a assistir a uma interrupção com consequências estruturais?*

Estamos a falar de um dos principais equipamentos desportivos do concelho. Estamos a falar de milhares de utilizadores — de dentro e fora de Esposende. Estamos a falar de um equipamento que deveria estar a ser modernizado, não estabilizado após danos.

O Chega não está aqui para criar ruído político.

Está aqui para exigir planeamento, responsabilidade e transparência.

Muito obrigado.”-----

Voltou a pedir a palavra o Sr. Deputado Municipal, António Benjamim Pereira, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

“Senhor Presidente, apenas para fazer um esclarecimento relativamente à matéria da habitação, penso que é importante, para esclarecer os presentes e, em primeiro lugar, dizer que todas as candidaturas foram apresentadas em tempo oportuno, em tempo próprio e, portanto, antes do dia 01 de abril de 2024, que foi a data de encerramento do Aviso.

Em segundo lugar, os terrenos são quase exclusivamente do município, eu não sei onde é que estarão os problemas, posso tentar identificar duas das situações, mas, recorro que os terrenos, um é o terreno de Criaz, porventura nesse terreno, no acesso, poderá haver um problema, mas havia duas operações de edificação para esse terreno e, penso que terá havido cedências para o efeito, mas se não houve, há que resolver o problema através de uma Declaração de Utilidade Pública e de uma expropriação, que é assim que se resolve, quando não há acordo com os proprietários. O outro é o campo de futebol de Rio Tinto e, portanto, é da Junta de Freguesia, ou do município, não haverá qualquer problema nisso. O outro é de Palmeira de Faro, junto à Junta de Freguesia, ou à Rua das Oliveiras se bem me lembro, também é um terreno do município, já adquirido há muito tempo, não estou a ver onde é que possa haver aí problema com o seu registo. O outro é na zona da habitação social de Vila Chã, que também são terrenos do município. Portanto, também não estou a ver onde é que poderá haver problema.

Onde é que há efetivamente um problema, é exatamente, em Cedovém, na Salgueira, porque os proprietários solicitaram à Câmara que se construísse as habitações para os retirar da zona de risco onde estão agora e mais do que evidente o problema que está ali patente, e quiseram ficar na zona de Cedovém e tivemos que procurar um terreno em Cedovém, e é aí que nós vamos contactar um dos proprietários de um terreno que estava livre, para poder adquiri-lo e, claro, não houve concordância com o proprietário do terreno e tivemos que iniciar um processo de Declaração de Utilidade Pública na mesma, um processo expropriativo. De resto, os outros terrenos são todos do município, portanto, isso não é desculpa para que as coisas não tenham andado.

É importante dizer que, não fazia sentido desenvolver os projetos de execução em candidaturas onde não era necessário o projeto concluído, em candidaturas que não estavam aprovadas, poderíamos estar a gastar centenas de milhares de euros em projetos, que depois poderiam não vir a ser aprovados. Importa reportar isto, ao tempo em que foi desenvolvido todo este processo e, portanto, ainda com governos do Partido Socialista.

Para terminar, as candidaturas que foram apresentadas não estão perdidas, todas as candidaturas que foram apresentadas, essas mesmas, estão lá, serão apoiadas se estiver tudo em ordem, a 60 % a fundo perdido, através do Orçamento de Estado e, será aberta uma linha BEI, do Banco Europeu de Investimento, a 40 % para complementar, portanto, houve um empréstimo do Município que não conta para o endividamento. Portanto, penso que fica esclarecido que, há agora que haver proatividade por parte do executivo atual, para levar por diante estes processos de habitação no concelho.

Muito obrigado.”-----

Usou então da palavra o Sr. Alberto Figueiredo, pedindo à Assembleia para sair do lugar de Presidente e intervir na qualidade de Deputado Municipal, do Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, por se sentir em parte atingido por aquilo que tinha sido dito, não ficando bem com a sua consciência se ficasse calado, tendo referido:

“Eu começava por dizer que falar é muito fácil, fazer é mais difícil.

Vou começar por falar da Universidade, nós lemos aqui há uns meses, um comunicado do Presidente da Câmara a dizer que a Residência Universitária de Fão, era com o fim de trazer um Pólo Universitário para Apúlia.

Mais ou menos há 15 dias estive cá o pró-reitor da Universidade, juntamente com mais dois professores da Universidade e perguntamos sobre o Pólo e ele disse “Pólo, mas não vai haver Pólo nenhum em Apúlia, nem em lado nenhum, antes de Apúlia tem Famalicão, que já há anos que reivindica um Pólo e não vai ter Pólo”.

O que vai ser construído em Apúlia, e eles vinham falar sobre isso, é um edifício que neste momento, uma parte pode ser aprovada, cujo custo são quatro milhões e meio de euros, que pode ter só uma comparticipação de 65 %, quer dizer que a Câmara e a Universidade têm que pagar o resto, o funcionamento será da seguinte forma, a Câmara vai pagar as despesas de funcionamento, vai ter que colocar 2 ou 3 funcionários lá no Centro de Investigação e há 2 ou 3 investigadores, que irão lançar concurso aos fundos comunitários, concorrer com projetos de investigação, e se forem aprovados, eles vão fazer investigação lá, se não forem aprovados, aquilo fica à espera que haja um projeto aprovado.

Depois isto não termina aqui, é que este edifício prevê doze milhões, para fazer este tipo de

h/ cur ✓

investigação, ou seja, disseram-nos a nós e o pró-reitor Raúl Fanguero, tem ligações até a Fão, que terão 10 a 12 investigadores lá. E nós falamos na residência e eles disseram que não iam precisar de residência nenhuma, porque o que estava previsto, era que a casa do Comandante seria recuperada, para a residência de um ou outro investigador que quisesse cá dormir. Portanto, vamos falar verdade às pessoas, esta é a realidade.

O Centro de Saúde, quando o Senhor Presidente tomou posse, nem estava em condições de ser adjudicado.

Nós falamos com o Senhor Ministro da Economia, que é o homem que gere os fundos comunitários e ele disse-me a mim e ao Presidente da Câmara, que não lançássemos a obra, porque não a íamos acabar e a Câmara teria que pagar a parte que faltasse, que fosse para além, na altura de 30 de junho, agora 31 de agosto. E, portanto, ele disse para não fazermos isso. E nós temos ali um Centro de Saúde que tem 30 anos, que pode ser recuperado, cuja recuperação vai custar metade, e eu estou como o Senhor Presidente disse, eu tenho muito respeito pelo dinheiro que é de todos.

Não andamos aqui a brincar.

Ainda hoje tivemos a visita do Presidente que gere o PRR em termos nacionais, com a equipa da saúde, foram lá e disseram: “Na verdade, é inacreditável, como é que não se propôs a recuperação deste edifício e se propôs um novo Centro de Saúde.”

Portanto, não somos só nós que dizemos que temos razão.

Escola Secundária Henrique Medina, fomos lá. A Escola Henrique Medina dificilmente ficará pronta até 31 de agosto e, ou vão surgir financiamentos do Estado que possibilitem que a Escola acabe, ou a Câmara vai pagar a diferença, porque o PRR termina em 31 de agosto.

Quero dizer que chegamos à Câmara e projetos, é isto!

Anunciar obras é fácil.

Eu, na campanha ouvia falar na Avenida Marginal, na Rua do Facho, na Rua do Ofir. Nós parece que vivemos num país, que eu digo, já não é terceiro mundo, é do primeiro mundo.

Porque a mim custa-me ir a outros países e verificar as ruas recuperadas, em Portugal tem um buraco, pavimenta-se de novo.

Agora é preciso perguntar ao PSD, que diz que tinham as empreitadas, e o dinheiro?

O dinheiro é pedir financiamento ao Banco.

Ah, assim é fácil governar, até se pode fazer o mundo!

É dizer assim: “ok eu vou lançar e pago com o quê? Vou ao banco pedir dinheiro.”

É assim que nós fazemos na nossa vida, não é assim, isto tem que ser muito bem gerido e há outras prioridades para utilizar o dinheiro do financiamento. E, portanto, é dizer, eu que sou de Apúlia, acho que a estrada na Avenida Marginal é importante ser recuperada, ou então vai-se lá, mete-se assim uma camadinha só para tapar os olhos às pessoas e dali a dois, três anos está tudo na mesma. O mal, foi deixarem instalar lá o gás, e sabem como é que fizeram o gás, cortaram com a rebarbadora o piso e depois voltaram a colocar e nem fizeram nada para soldar ali o corte e, portanto, aquilo está desfeito, porque a Câmara não fiscalizou as obras devidamente.

Habitação social, é engraçado, ainda hoje conversávamos com as pessoas do PRR.

A candidatura foi feita ao PRR, agora está a falar de uma coisa que nós também já sabemos, na conversa que tivemos com o Senhor Ministro, Castro Almeida, ele falou-nos que está a negociar com o BEI, um conjunto de fundos para financiar outra vez a habitação.

Mas sabem que habitação nós tínhamos para o concelho?

Eu convidava-vos a ver um bocado o projeto que é engraçado, é um projeto aqui de um senhor

de Vila do Conde, em que se ia espalhar isto tudo pelo concelho.”-----

O Primeiro Secretário da Mesa interrompeu a intervenção nesse momento para esclarecer os Senhores Deputados Municipais que era entendimento da Mesa, de que, como se tinha renovado os 30 minutos do PAOD, renovavam-se também os tempos, pelo que, as outras forças políticas iriam ter o tempo equivalente para falar.-----

Prosseguiu com a sua intervenção o Sr. Alberto Figueiredo, nos seguintes termos:

“As casas de habitação social são engraçadas, com um projeto tipo, onde quem ganha o concurso é sempre o mesmo empreiteiro, portanto, já perceberam como é que isto funciona.

E é tão interessante, que se, se construísse isto, por exemplo, como estava previsto em Palmeira, eu acho que estávamos a marginalizar as pessoas. Porque as casas, não é uma casa para ser integrada dentro de uma aldeia ou de uma cidade.

Gostava que vocês vissem o projeto, são T2, só são T2. E depois, fazem-se coisas deste género, pega-se num lote de 500 metros e coloca-se uma casa lá no meio, que tem 70 m² e pergunta-se, e o resto do terreno?

O que a Câmara fez foi pegar naquilo, deitar para o lado, mandar fazer lotes de 250 m², duas casas geminadas, mas com um projeto decente, porque as pessoas que para lá vão, por serem pobres, não devem ser marginalizadas.

O Parque da Cidade também é interessante.

O Parque da Cidade foi lançado sem posse dos terrenos, portanto, cometeu-se uma ilegalidade, vamos ser realistas. E, portanto, o Presidente apesar de tudo, resolveu que avançaria com o projeto, mas há ali uns terrenos, aqueles primeiros que estão ali e que são do senhor Veloso, que o senhor Veloso passou para um terceiro, por vinte euros o m² e aquilo custa à Câmara, quatro milhões de euros. E, portanto, é dizer, a Câmara pagou aos outros proprietários sete euros e sessenta e agora vai pagar ao senhor Veloso, vinte euros por metro quadrado!

Os outros vão reclamar o mesmo tipo de pagamento.

Este é o drama em que se deixou o Parque da Cidade, porque se a Câmara tivesse expropriado os terrenos todos, ou comprado os terrenos todos, o Presidente da Câmara seguiria naturalmente o Parque da Cidade, como ele deveria ser. Assim, não pode seguir.

Portanto, não se deita culpa à Câmara e lá voltamos outra vez, obra financiada com financiamento do Banco, não tem fundos nenhuns, não tem apoio de ninguém, tem dinheiro do Banco, ou seja, nós a partir de uma determinada altura, e eu digo isto até com alguma tristeza, nós falamos ao Secretário de Estado do Ambiente, porque é que ele não participava no Parque da Cidade, que ele está inserido no Parque Natural e ele mostrou abertura para apoiar o Parque da Cidade. Portanto, eu estou ciente que a Câmara vai conseguir do Governo, apoio e vai poder pagar o financiamento.

O projeto de Cedovém é engraçado porque, esta Câmara trouxe especialistas para fazer tudo em 3 D. Faz um filme, mostra o filme, aliás, foi o que fez com a habitação e mostra o filme e é interessante.

Nós tivemos cá o Secretário de Estado do Ambiente e tivemos o Presidente da APA e questionamos, vocês têm dinheiro para isto tudo? E aquilo que eles nos disseram foi, nem pensem nisso.

É que, o projeto que não existe, o projeto não existe, existe um 3D. O projeto, não é que custe

43

muito dinheiro, agora, demolir todo Cedovém, demolir todas as Pedrinhas, são milhões e milhões, e depois é preciso dizer quem lidera o processo, tem que ser o Governo, não pode ser a Câmara. E o que eles nos disseram a nós, foi que nesta altura não é viável, não há dinheiro para isso. Portanto, é dizer, a Câmara tem interesse, mas não é a Câmara que vai resolver um problema que compete ao Governo.

Agora queria-vos dizer uma coisa, eu quando falo com antigos colegas meus admiram-se, vocês sabem esta Câmara, tem um grande gabinete para licenciamento de obras, mas para planeamento tem zero.

Que esta Câmara não faz planeamento, vocês sabem que não existe um Plano de nada, exceto o PDM.

Nós nem na cidade temos um planeamento.

Não há um planeamento de urbanização; não há Planos de Pormenor, não há nada, há o poder absoluto que deixa fazer o que se quer.

Nós estamos agora com um problema gravíssimo, eu estou a falar nisso, isto compete mais ao Senhor Presidente da Câmara, que é um licenciamento que foi autorizado de 5 pisos, em que ao lado estão rés do chão e 1, que de certeza, se meterem uma Providência Cautelar, vai embargar a obra e depois vamos ver quem é que vai ter que pagar.

E depois, quero dizer do PDM, como disse, o PDM começou em 2022, segundo nos foi dito pela Comissão que o acompanha, só houve uma reunião com o Presidente da Câmara. E nós agora, estamos ali a trabalhar todas as semanas, um dia inteiro, para muito rapidamente, aprovarmos o PDM.

Portanto, é isto que eu queria dizer.

Falar, falar, já o mundo está cheio!

Fazer, fazer nem todos fazem! E a prova é que esta gente esteve lá, se esteve lá, muito do que veio cá reclamar, devia tê-lo feito.

Obrigado.”-----

O Sr. Deputado Municipal, António José Morgado contestou o facto de o Período de Antes da Ordem do Dia ter atribuído o dobro do tempo de intervenção aos Deputados.-----

A Senhora Deputada Municipal, Rita Faria, do PS, pediu a palavra para apresentar um Voto de Protesto, nos seguintes termos:

“Segundo o que eu consegui apurar neste tempo, tenho que identificar quais são as normas infringidas, e pelo que me parece a mim, claro, visto assim em cima da hora, por esta situação muito inusitada, foi infringido o artigo 40º nº 5 do nosso Regimento, onde diz que “cada Grupo Político tem o tempo determinado”, portanto, cada Grupo Político tem um tempo, não é por pessoa, é por Grupo Político.

O período da ordem do dia dura 30 minutos, prorrogável por mais 30 minutos e nada se diz acerca da prorrogação dos tempos dos Grupos Políticos.

Mas, o meu maior Protesto, vai para enfim, a ultrapassagem absoluta e inacreditável, das competências e do papel do Presidente da Assembleia Municipal.

De acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais, artigo 24º, 25º e 30º, a esta Assembleia compete “apreciar e fiscalizar a atividade do executivo” e não substituir-se ao executivo na apresentação de esclarecimentos daquilo que está a ser discutido.

Senhor Presidente da Mesa, por muita consideração que eu tenha por si, conhecemo-nos há

pouco tempo, mas parece-me que passou aqui um limite que será muito difícil de explicar para as populações.

Está a pôr em causa o trabalho da Assembleia Municipal.

Muito obrigada!"-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Terminadas as intervenções, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, bem como, para prestar os esclarecimentos devidos, relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

“Boa noite a todos.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa a Mesa,

Cumprimento todos os Deputados,

Cumprimento todos os Vereadores,

E cumprimento o Público presente.

É sempre bom ver uma Assembleia Municipal muito participada, pelo menos, se há coisa que o Movimento Mudança teve, foi envolver toda a população, muita gente a assistir a esta Assembleia, e espero que nos próximos tempos até possa ser transmitida.

Em relação à primeira intervenção, do arquiteto Benjamim Pereira, é verdade que temos 100 dias, 100 dias e as expetativas nós sabemos que as expetativas são muitas, porque as expetativas em relação ao bloco anterior estavam muito em baixo.

Não fomos só nós que ganhamos, foram vocês que perderam.

Temos reavaliado os projetos, encontramos algumas situações inacreditáveis, como por exemplo, o desrespeito para com os trabalhadores, a avaliação, do sistema integrado de avaliação não foi feita. E não foi feita para biénio de 2023-2024, nem para o ano de 2025 e estamos nós a começar em 2026.

Isto é problemático porque tem consequências, é não ter respeito pelos trabalhadores internos da autarquia.

Foi isso que nos nossos compromissos nós dissemos, valorizar os trabalhadores!

Nós estamos também numa fase de reavaliação do organigrama do município e nós centramo-nos na transparência e por isso é que queremos pôr tudo transparente, e na proximidade.

Mas, respondendo já à sua primeira pergunta, o apoio ao candidato Álvaro Santos, que eu não conheço pessoalmente, mas deixem-me lembrar aqui, a democracia, não é um sistema perfeito. Tem os seus defeitos.

E, eu sou um homem de palavra!

Em novembro, não se adivinhava que o Doutor Álvaro Santos, seria candidato.

O Professor António Cunha, que eu conheço de há muitos anos e que, aliás, o Arquiteto Benjamim Pereira apoiou, pediu-me o apoio, para a sua candidatura. Eu conheço o Professor António Cunha desde há muitos anos e assisti a seus elogios, na pessoa do Professor António Cunha e eu dei-lhe o meu apoio.

Ora, depois apareceu não se sabe bem como, por um acordo, que mina a democracia, entre o PS e o PSD e fizeram distribuição dos lugares. E, apareceu um outro candidato, Álvaro Santos, que eu não conheço, mas respeito e, portanto, eu cumpro a minha palavra, não é como outros, que não cumprem a palavra.

Para bom entendedor, meia palavra basta.

E eu acredito que o Doutor Álvaro Santos seja democrata. Acredito piamente e, portanto, não nos vai tratar de maneira diferente em relação aos outros.

Mal vai a democracia quando isso acontece. Eu até acredito que nos possa beneficiar.

Na política com elevação, a palavra conta e eu apenas disse que o apoiava e disse a algumas pessoas, cada um vota naquele que quiser.

Nós temos, neste caso liberdade de voto.

Ganhou o Doutor Álvaro Santos, colaborarei com ele, estarei com ele na próxima terça-feira e tenho todo o gosto em lhe dizer que não votei nele, mas, hoje é o meu Presidente da Comissão de Coordenação da região Norte. E eu trabalharei com ele e conto com vocês que são do mesmo partido, para nos ajudarem, ao município, porque estamos todos no mesmo barco e que não minem a nossa ação.

Em relação à auditoria financeira, está em fase de lançamento de concurso, portanto, foram feitas auscultações das empresas e, portanto, está neste momento prestes a abrir o concurso nos próximos 15 dias, 3 semanas.

Em relação às contas, a 31 de dezembro tínhamos disponíveis quinhentos mil euros, tínhamos dívidas de quatro milhões e meio de euros e estávamos a pagar a 120 dias, neste momento estamos a pagar a 2 meses. Portanto, a situação financeira não é boa, mas vamos aguardar pela auditoria.

Em relação ao Parque da Cidade, já foi aqui abordado, é verdade que, a obra foi adjudicada sem termos a posse de todos os terrenos, isso implicou e implica, sessenta a setenta mil euros por mês, pelo uso do estaleiro. Portanto, foi desde julho até dezembro, estamos a falar de 5 meses, de trezentos mil euros, sem aplicações práticas para o nosso município. E nós começámos a obra no dia 4 de dezembro.

Quanto ao terreno que o Tribunal considerou que era de particular, nós não temos disponibilidade financeira para gastar dois milhões de euros, neste momento. Deixaremos isso para o futuro, vamos acabar o Parque como está e depois, mais tarde, resolver-se-á.

Centro de Saúde, sendo eu médico, sinto que a obra, o novo centro de saúde perante esta exiguidade de tempo, perante o dinheiro envolvido, a obra é necessária ou não?

Eu quero lembrar aqui que o nosso Primeiro-Ministro, que é o Primeiro-Ministro de nós todos e não apenas do PSD, quando lançou agora o programa de PTRR, disse: “a filosofia do que é, o PRR, é completamente diferente do que é o PTRR. No PRR há dinheiro, gaste-se!”

Há dinheiro, vai se gastar. Aqui não, aqui vamos ver as necessidades e vamos aplicar o dinheiro, que devia ser assim. O facto de termos dinheiro, não quer dizer que nós temos que gastar seis milhões e meio, numa obra que não é necessária.

Nós temos um Centro de Saúde que requalificado, fica exatamente igual.

Porque é que vamos desperdiçar um terreno, quando podemos usar aquele terreno para outras situações?

E depois, quando se fala de estacionamento, há outras obras que podemos fazer, podemos comprar, podemos expropriar um terreno, para o estacionamento. E, portanto, vamos ficar bem servidos em relação ao terreno.

Já agora, em relação ao tempo e ao financiamento, tivemos hoje aqui a visita, nós não estamos

a dormir propriamente, hoje tivemos a visita do Presidente da Missão do PRR, que é o Doutor Fernando Alfaiate e, que foi visitar quer a Escola Secundária, que está em risco até de prolongar, de derrapar no tempo, quer o Centro de Saúde, e concordou connosco. E deu-nos elogios por nós pensarmos no bem público, o dinheiro é de nós todos e nós poupámos três milhões de euros. E o tempo previsto da obra será de 3 a 4 meses em vez de 1 ano.

Para onde é que vão os doentes?

Não vão para contentores, vão ser distribuídos, isso implica um trabalho de coordenação, como sabem, temos duas USF, uma vai para o Centro Paroquial de Palmeira, outra provavelmente para o Centro Paroquial de Mar, ou para ou o Centro Social de Mar e, usaremos as instalações do IPCA também, não para doentes, mas para pessoas que têm consultas de psicologia, de terapia da fala, que não os ponham em perigo.

Portanto, estamos a utilizar os recursos que nós temos.

O financiamento, estamos numa luta contra o tempo, mas o financiamento será assegurado pelo PRR, de acordo com a discussão que tivemos hoje com o Doutor Fernando Alfaiate, embora haja risco de derrapagem, e temos que pensar noutras alternativas. Por isso mesmo, é que provavelmente vamos fazer também um empréstimo, só por segurança, para o Centro de Saúde.

Quanto ao Parque da Cidade, deixem-me só lembrar que havia um financiamento que caiu porque a obra não tinha começado, nós vamos ter que fazer novamente um financiamento, para pagar o Parque da Cidade e mais uma vez, não iríamos comprar o resto do terreno, se já vamos pedir três milhões, não íamos pedir cinco milhões.

Temos que ter algum cuidado em relação a isso.

Em relação ao favor político ao Clube de Fão, por causa da Residência, já foi falado, a Residência era um empréstimo, não era a fundo perdido, era um empréstimo.

Nós não temos estudantes que justifiquem a Residência, nós não nadámos em dinheiro, portanto, há cortes que têm de ser feitos, há decisões que têm de ser tomadas, política é isso mesmo, é fazer decisões.

Em relação ao saneamento básico, é verdade que algumas obras, como algumas que vêm do executivo anterior e nós, aquelas que são úteis, nós continuamos, só tentamos é que se façam as infraestruturas básicas integradas. Aliás, com as intempéries verificou-se no nosso país, por exemplo, que as linhas de energia caíram. Nós estamos a tentar que as infraestruturas sejam postas todas ao mesmo tempo, para que não aconteça o mesmo que aconteceu em Apúlia, em que a Portgás passados 2 anos ou 3, vieram lá fazer buracos.

Em relação à habitação, a habitação neste momento, quero lembrar aqui, alguém falou que em Vila Real, na mesma altura, em março de 2024, entregou os projetos e já tem casas, nós neste momento não temos nenhuma casa feita.

Nós, um dos projetos que decidimos adiar foi o da Casa Manuel Boaventura, um milhão e meio desses euros, vai para o Norte 2030, para um novo eixo, e vamos utilizá-lo na habitação, nos terrenos de Palmeira, e em vez de 12 casas T2, vamos ter 10 casas, T3 e terrenos também para autoconstrução.

Também é verdade que não havia projetos, portanto, sem projetos, por isso é que não foi maturado, nós não fomos contemplados. Conto com o apoio do IHRU, para agora que nós fizemos, aquilo não é em função do tipo de apartamentos, é em função de famílias. Nós já fizemos o nosso trabalho, estamos a alterar a estratégia, temos 102 famílias identificadas e temos vários tipos de casas para serem feitas, de acordo com as necessidades que nós temos.

43

Entretanto, e vamos fazer ainda este ano, a recuperação de 2 casas de beneficiários diretos. Em relação ao Plano Diretor Municipal, deixem-me lembrar aqui, que o Plano Diretor Municipal é demasiado importante para se ter deixado ao abandono.

Terá sido feita uma reunião, ou duas, e nós estamos numa corrida contra o tempo, para ser discutido, está na fase final, para ser levado a discussão pública. Portanto, também foi uma das tarefas que nos foi deixada e que não foi levada a cabo.

Gala do Desporto, o principal fator que fez com que nós mudássemos a Gala, foi o facto das meninas e de quem está lá a treinar ter que ficar uma semana ou mais, sem praticar desporto.

E, acima de tudo, nós temos, é por isso que nós precisamos de um Pavilhão Multiusos também, e nós decidimos fazer a Gala do Desporto, e penso, em senso comum correu muito bem, foi mais fatigante para nós, porque tivemos que lá estar em três sessões, mas poupámos, imaginem, cinquenta mil euros.

Em relação ao projeto de requalificação de Pedrinhas e Cedovém, que foi feita aqui uma Moção, o projeto, como sabem, é um projeto que é conjunto, nós temos a nossa parte, que é a parte de urbanismo e a recolocação das pessoas, daquelas que são deslocadas. Aliás, um dos terrenos também, que é uma das casas que ainda não está adquirido, está em fase de aquisição, e já agora, em relação aos terrenos, é verdade que o terreno de Palmeira neste momento é o único que estava disponível, vamos fazer infraestruturas e vamos avançar.

O terreno de Criaz, estamos na fase de permuta dos terrenos e vamos depois avançar nesse de Criaz logo que seja possível. Todos os outros estão ainda sem projetos, neste momento só temos um projeto que é para Palmeira.

Em relação às intempéries, a APA tem fugido às suas obrigações, porque tem que fazer a revitalização das areias, tem que reprotger a costa e é o Estado que tem que fazer isso, por isso é que nós tivemos uma reunião com o Secretário de Estado e com o Presidente da APA. Na verdade, mesmo a nível nacional, deu-me a entender que o dinheiro não chega para tudo e provavelmente vai mais para o Sul e mais para a área de Lisboa, do que propriamente aqui para cima. Mas, comprometeram-se e vamos ter uma reunião daqui a uns tempos, para que este projeto, que não é um projeto municipal, é um projeto nacional, avance.

E aqui quero agradecer à proteção civil também, nós, quando foi a tempestade que foi no dia 28, nós fizemos pela primeira vez a reunião da Comissão Municipal da Proteção Civil no dia 27, felizmente, não ocorreu nada.

Em relação à Restinga também é outro projeto nacional e não municipal, que também estamos a abordá-lo, para ver se conseguimos que o Governo, pela primeira vez se dedique a esta matéria.

Em relação às pavimentações, já foi aqui abordado, só lamento que o deputado João Paulo Torres, não tenha apresentado uma Moção pela manutenção dos edifícios públicos. Foi outra das coisas que nós encontramos, não há nenhum edifício público em que não chova. Portanto, eu proponho que na próxima Assembleia, proponha uma Recomendação pela manutenção dos edifícios públicos.

Em relação às pavimentações, em Apúlia nós não vamos apenas pôr uma placa de pavimentação, vamos fazer um estudo urbanístico e resolver aquilo de uma forma mais estruturada.

Em relação ao dr. António Torres, é pena, se calhar ainda é muito novo, não se lembra, mas o Pentágono foi criado em setembro de 2025, quem é que estava no executivo?

A altura ideal para ter entrado era essa, tenho pena que “depois da noiva casada, não faltem pretendentes” e já agora, deixe-me dizer, que para entrar no Pentágono, tem que ter um nível

mínimo de habitantes. Viana entrou, apesar de ter 100.000 habitantes; devia-se ter preparado melhor para esta Moção e, deixe-me dizer-lhe outra coisa, o Pentágono é o princípio da área Metropolitana do Minho e eu estive reunido com eles em la Corunha e é o primeiro passo para que nós criemos a terceira área metropolitana do país. E nós manifestámos o interesse de entrar nesse projeto. Portanto, só foi pena que descobriu a roda, quem é que não quer fazer parte, nesse caso não seria pentágono, seria hexágono.

Só foi pena que não se lembrassem em setembro disso, se calhar estavam preocupados com outras coisas.

Em relação ao novo hospital de Barcelos, a deputada Rita Faria, penso também que às vezes há alguma falta de conhecimento, que pode criar aí alguma confusão. Em relação ao PRR, a Ministra da Saúde não tem nada a ver com isso, tem a ver, o Ministro da Coesão e da Economia.

Em relação ao novo hospital de Barcelos, provavelmente se tudo correr bem, dentro de 4 ou 5 anos, teremos o hospital. As coisas estão a correr bem, o Governo tem no orçamento essa intenção.

Em relação ao reforço financeiro das freguesias, estamos neste momento, já há 2 freguesias que são Apúlia e Fão que já estão numa fase adiantada, mas provavelmente na próxima Assembleia, traremos os contratos e as delegações de competências para serem aprovadas aqui na Assembleia.

Respondendo à Deputada Rita Tinoco Faria, em relação às intempéries, foi publicado nas redes sociais, nós não somos um privilégio da natureza, mas a natureza, na verdade, não nos castigou, não tivemos inundações. Aquilo que aconteceu em Fão, tivemos a sorte de não ser, e fruto, temos que dar aqui o valor, à atuação do Governo e dos seus membros, nomeadamente da APA, que fizeram um controlo rigoroso das descargas e foi possível não termos inundações. Tivemos uma inundação que acontece ali na zona do clube Náutico, que está construído na área de cheias e vamos tentar protegê-la, respondendo ao deputado André Carvalho, já temos a aprovação. Como sabe, não é fácil fazer construções com materiais sem serem muito invasivos nestas áreas protegidas, mas já temos autorização, que era a APA que devia fazer isso. Era a proteção, com materiais que eles consideram adequados, mas nós, porque estamos preocupados com a situação, já estamos a fazer o projeto, para fazer essa atuação. Mas depois, também lhes asseguro que vamos imputar os custos à APA.

Respondendo ainda à Deputada Rita Tinoco, não é verdade que nós não estejamos atentos, estamos tão atentos, tão atentos, que isentamos de taxas os pescadores, por exemplo de Apúlia. Se há preocupação nossa, não é com edifícios é com as pessoas.

Ainda em relação às questões do Deputado André Carvalho, complexo das Piscinas, se todos nós mandássemos no tempo, então estávamos todos tramados, aconteceu isto, certo? Se nós soubéssemos, mais uma vez “depois da noiva casada não faltam pretendentes”, se soubéssemos que iam acontecer estes 3 meses de chuva, aliás, a obra foi lançada pelo executivo anterior e agora aconteceu isto. Mais uma vez, não houve manutenção, eu não conheço nenhum edifício municipal, este mesmo, em que tenha havido uma manutenção nos últimos tempos. É uma das nossas preocupações.

Nós temos a obrigação de zelar pelos edifícios municipais e, é uma pena que o PRR apoie mais edifícios novos, do que a recuperação de edifícios antigos. Nós vamos reabilitar os nossos edifícios, vamos reabilitar o Fórum Municipal, todos os edifícios que temos. E, um deles é o das Piscinas. Mas como sabe, eu não sou da área, mas eu acredito nas pessoas, portanto, é muito fácil falar sem saber, porque a ignorância é atrevida, eu acredito que

*disseram em termos técnicos, que foi encontrando um problema que punha em causa a segurança das colunas e, portanto, vai-se reabilitar. É preferível esperar 2 meses e a segurança é a nossa maior prioridade. E, amanhã teremos a visita de alguns idosos, vou-lhes pedir desculpa, apesar de eu não ter culpa, é do tempo, pelo atraso nas obras das piscinas. E, os nossos idosos continuam a ter piscina, em Forjães.
Muito obrigado!"-----*

De seguida, pelas 22 horas e 10 minutos pelo Primeiro Secretário da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 10 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os Votos, as Recomendações e a Moção apresentados.-----

Pelas 22 horas e 20 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação dos Votos de Pesar, de Louvor, de Solidariedade, das Recomendações e da Moção apresentados, obtendo-se as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL RAÚL BARROSO VIEIRA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, MANIFESTANDO O MAIS PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL RAÚL BARROSO VIEIRA, ENVIANDO AS MAIS SINCERAS CONDOLÊNCIAS À SUA FAMÍLIA E AMIGOS.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTA DELIBERAÇÃO À FAMÍLIA ENLUTADA.-----

2.- VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FELIZ BRANDÃO FERREIRA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, MANIFESTANDO O MAIS PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DE FELIZ BRANDÃO FERREIRA, ENVIANDO AS MAIS SINCERAS CONDOLÊNCIAS À SUA FAMÍLIA E AMIGOS.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTA DELIBERAÇÃO À FAMÍLIA ENLUTADA.-----

3 - RECOMENDAÇÃO “PELA CONTINUIDADE DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS EM PEDRINHAS E CEDOVÉM, EM APÚLIA”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E DA DEPUTADA DO PS, 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA E, 14 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO

APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra pela simples razão, enfim, esta recomendação exorta aqui a Câmara Municipal a dar continuidade ao projeto, no entanto, quem tem que dar continuidade ao projeto neste momento é o Governo. Neste momento, esta obra está na esfera governamental e, portanto, a recomendação do PSD engana-se no destinatário, devia exortar o Governo e não o município.”-----

4 - RECOMENDAÇÃO “PELA CONCRETIZAÇÃO URGENTE DA EMPREITADA DAS PAVIMENTAÇÕES”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 18 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA DO PS E, 15 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO DEPUTADO DO CHEGA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra porque naturalmente, a situação do município não favorece aqui a contração de um financiamento desta natureza, considerando que há outras realidades mais prementes, para além da própria incoerência destas obras aqui previstas, desde logo na rua de São Lourenço, Vila Chã, está previsto a intervenção ao nível de saneamento básico, portanto, não faria sentido uma pavimentação para depois estar a ser destruído, para efeitos de saneamento básico. E depois também, o estado de conservação, que algumas destas estradas ainda vão apresentando e, portanto, que não carecem de uma pavimentação “tout court”, bastando aqui intervenções pontuais. E, por outro lado, vale a pena também recordar que esta proposta e financiamento que foi feita no executivo anterior, foi feito em período eleitoral, é certo que não havia ainda a limitação de gestão de poderes correntes do município, mas, no entanto, o município sabia, que estaria no fundo, a entalar com três milhões o futuro executivo. O PSD achava que iria continuar, mas poderia não continuar, o que se veio a verificar e, portanto, não foi uma medida de boa gestão. Por estas razões, votamos contra.”-----

5 - MOÇÃO “PELA INTEGRAÇÃO DE ESPOSENDE NO PENTÁGONO URBANO DO MINHO”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E DA DEPUTADA DO PS, 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA E, 14 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.

fi em w

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Reiteramos aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse há bocado, não só como diria Freitas do Amaral, o topete do PSD de vir propor isto sabendo que o Pentágono já existia no período em que ainda era poder na Câmara de Esposende, para além do facto, como o Senhor Presidente da Câmara anunciou, já estar aqui em conversações para integração neste Pentágono? Por outro lado, também, ainda falando aqui da desfaçatez, o facto de o PSD tanto ter criticado a aposta aqui do Movimento Político Mudança, no sentido de dotar Esposende de maior ligação em termos de mobilidade e agora também vir com esta proposta. Por todas estas razões, votamos contra.”-----

6 - VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM OS CONCELHOS AFETADOS PELA TEMPESTADE KRISTIN.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE SOLIDARIEDADE, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, EXPRESSANDO A SUA TOTAL SOLIDARIEDADE INSTITUCIONAL PARA COM TODOS OS MUNICÍPIOS E POPULAÇÕES DOS CONCELHOS ONDE FOI DECLARADO O ESTADO DE CALAMIDADE NA SEQUÊNCIA DA TEMPESTADE KRISTIN.

MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DO PRESENTE VOTO AOS MUNICÍPIOS AFETADOS, COMO EXPRESSÃO FORMAL DE APOIO E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

7 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO REALIZADOR JOÃO CANIJO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELA DEPUTADA DO PS E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, MANIFESTANDO O MAIS PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DO REALIZADOR JOÃO CANIJO, ENVIANDO AS MAIS SINCERAS CONDOLÊNCIAS À SUA FAMÍLIA E AMIGOS.

MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTA DELIBERAÇÃO À FAMÍLIA ENLUTADA.

8 - VOTO DE LOUVOR PELOS 100 ANOS DE EXISTÊNCIA DA BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÃO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE LOUVOR, APRESENTADO PELA DEPUTADA DO PS E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, PELOS 100 ANOS DE EXISTÊNCIA DA BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÃO, AGRADECENDO OS SERVIÇOS PRESTADOS AO CONCELHO.

MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTA DELIBERAÇÃO À SUA

DIREÇÃO.-----

9 - VOTO DE LOUVOR PELOS 50 ANOS DA ELEVAÇÃO DE FÃO A VILA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE LOUVOR, APRESENTADO PELA DEPUTADA DO PS E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, PELOS 50 ANOS DA ELEVAÇÃO DE FÃO A VILA.-----

MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTA DELIBERAÇÃO AOS MEMBROS (OU ÀS RESPECTIVAS FAMÍLIAS) DA COMISSÃO INSTALADORA E À ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE FÃO.-----

Terminadas as votações, o Primeiro Secretário passou novamente o lugar ao Presidente da Mesa da Assembleia, que deu a palavra à Deputada Rita Tinoco Faria, que colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara acerca da Informação Escrita, nos seguintes termos:

“São apenas perguntas pontuais sobre o documento que nos foi enviado com informações escritas.

Algumas perguntas, uma delas vem até no sentido de algumas reiteraões que foram aqui feitas, na ideia de que o dinheiro público não é para ser gasto sem critério e bem, concordo, portanto, creio que nas informações escritas falta informação sobre quais serão os indicadores de avaliação das atividades, por exemplo, como é que pretendem medir o sucesso do cheque educação, como é que vão avaliar o impacto social, por exemplo, do projeto de desenvolvimento social e inclusão, efetivamente, qual é o START Business Tour ao Grupo R que impacto esperado de devolução à economia local é que tem. Portanto, gostava de saber se esta será uma metodologia que a Câmara possa implementar de futuro, ter uma noção mais clara dos retornos das suas atividades.

Nas informações escritas há uma total ausência de considerações específicas para as mulheres de Esposende, por exemplo, temos futebol sénior para a promoção do envelhecimento ativo, mas quase apostro, quase de certeza que infelizmente não serão as mulheres que serão beneficiárias dessa atividade, sublinho esta situação e certamente terão isso em consideração de futuro.

Pergunto se, se mantém o Regulamento do executivo anterior para as Bolsas de Estudo, que obriga os bolseiros a prestar trabalho forçado à autarquia, em alturas em que se deviam estar a recuperar dos seus estudos ou a ajudar as suas famílias, já que vêm de situações de necessidade.

Como está o cronograma das obras da Escola Secundária Henrique Medina?

Sei que houve uma reunião com os sindicatos que estão preocupados com as condições de trabalho de funcionários e com as condições de estudo dos estudantes.

Creio que nas informações escritas se diz que a obra está executada apenas a 27 %, se li bem, como está a situação?

Em relação ainda às obras das piscinas, sei que já foi aqui mencionado, mas há aqui uma responsabilidade de alguém que abandonou a obra, alguém ou alguma instituição, entidade que abandonou a obra, porque é que essa obra foi abandonada?

Vão ser pedidas responsabilidades pelos custos acrescidos com a deterioração causada pela

43
Cul
W

intempérie?

Muito obrigada.-----

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu nos seguintes termos:

“Em relação ao cheque estudante, já foi elaborado Regulamento, convido-a também a participar na discussão pública do mesmo.

O nosso objetivo é alcançar todos os estudantes, desde o pré-escolar até ao 12º ano.

Em relação às mulheres no desporto, há desporto feminino, mas também há o contrário, por exemplo, na patinagem, as mulheres são mais que os homens, temos de respeitar a igualdade na diferença. Mas, sabe de alguma coisa que tenha prejudicado as mulheres no futebol feminino?

Em qualquer informação escrita há sempre coisas que falham.

Sendo académica, acredito que os 100 % é impossível de atingirmos.

Em relação às bolsas de estudo, as bolsas de estudo são uma boa iniciativa, nós aumentamos o valor e achamos que não é um trabalho forçado. Acho que é um trabalho para a comunidade, podem ir para as bibliotecas, é uma forma de literacia política, literacia municipal, saber como funcionam os serviços, nós não vamos pô-los em trabalhos forçados e só vai, quem quer.

Em relação às piscinas, este tipo de questões deixa-me completamente estupefacto, se souber de alguém que tenha abandonado a obra, diga-nos que é para nós irmos procurá-lo.

Sabe que as “fake news” acontecem aí, não sei de nada, estou a saber agora, mas não é por isso que está atrasada a obra.”-----

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia informou o público presente que as inscrições para intervenção do público já se encontravam encerradas, havendo 3 inscrições, passando a chamar os inscritos pela respetiva ordem de inscrição.-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Primeira inscrita, Senhora Susana Catarina, que em síntese disse:

“Boa noite a todos!

Peço desculpa de não saber cumprimentar toda a gente como deve ser, mas eu não gosto de política, é a primeira vez que cá estou, apenas para fazer uma reclamação e um pedido à Câmara, uma vez que já foram enviados vários e-mails à Câmara e não obtive nenhuma resposta.

A obra da Acrescentar que está aqui atrás da minha casa, todos os sábados de manhã, às 7h, 7h30 da manhã, acordámos com o barulho da obra. São taipais metálicos, eu trabalho em construção e quem conhece construção sabe perfeitamente o barulho que faz um taipal metálico, quando é martelado de manhã cedo.

Rebarbadoras logo de manhã cedo, por vezes música, pode haver quem goste do estilo musical, mas ouvir reggaeton às 7 da manhã, para mim não é bom.

Foram enviados vários emails à Câmara, sábado passado, foi enviado também um e-mail com uma gravação do barulho que se ouvia na obra.

Ninguém me responde, portanto, os e-mails são os que estão disponíveis no site da Câmara, logo, alguém tem que os receber.

A Acrescentar, foi a única entidade que me respondeu, apesar de tudo, respondeu-me que tinham licença de ruído e que quanto mais depressa terminassem a obra, mais depressa terminava o trabalho.

Eu acredito que por tudo o que foi aqui falado, que realmente a Câmara tenha os seus problemas financeiros, mas as licenças são pagas, eu sei que é dinheiro a entrar na Câmara, mas o Senhor Presidente, disse que as pessoas estão em primeiro lugar, e eu quero acreditar nisso e nós queremos descansar ao sábado.

Obrigada."-----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

"A Susana disse que não gosta de política, quem é que gosta?

Nós estamos aqui por obrigações, para tratar do bem comum.

Deixe-me dizer que, ao contrário do que diz, nós respondemos, respondemos por via oficial de tal maneira, que havia uma licença de ruído a partir das 9 horas de sábado e nós alteramos para as 10 horas de sábado.

Portanto, já está dentro do aceitável, mas vou pedir para averiguarem essa situação.

E aproveito para dizer que também temos que ter literacia política e disse-me que não era política, isto é um problema para apresentar na Câmara Municipal, nós temos uma sessão aberta ao público todos os meses, a primeira reunião do mês.

Muito obrigado."-----

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. Eng.º Luís Peixoto, que em síntese disse:

"Boa noite,

Senhor Presidente, em si cumprimento a Mesa da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara, em si cumprimento os Vereadores,

Caros Deputados,

Caros Presidentes de Junta,

Público em geral,

Trago três notas, Senhor Presidente da Câmara, uma tem a ver com águas pluviais e tem a ver com o seguinte, desde logo estas minhas notas anteveem um pensamento que eu já explanei e que creio que também o Senhor Presidente tem em mente, que tem a ver com o facto de nós, quando tomamos posse de cargos públicos, herdámos o bem e herdámos o mal, portanto, e é assim que temos que perseguir e o comboio tem que andar para a frente, nunca pode parar nem andar para trás. E nesse sentido, as águas pluviais têm a ver com o seguinte, quando realmente algum de nós no concelho adquire uma habitação e tem a respetiva licença de utilização para aquele fim, ou de habitabilidade, ficamos conscientes de que, o município cumpriu com as suas funções, ou seja, vamos adquirir um imóvel, vamos adquirir uma fração, e estamos na segurança que todos devemos ter no que diz respeito à habitação. E eu refiro-me a um prédio que apareceu novo, em Apúlia, em 2024 e cuja construção está adjacente a uma

73
aul
w

ribeira, na Rua António Fernando Torres. Com estas intempéries, não houve cuidado por parte da freguesia em limpar as ribeiras e isso é um alerta que todos os Presidentes de Junta devem ter na cabeça, limpar as ribeiras. Esta ribeira infelizmente, para além de passar nesta Rua António Fernandes Torres, depois passa por um terreno de cultivo, é ligeiramente estrangulada pelo que eu já percebi e avança para uma outra rua, que é a Rua da Nossa Senhora da Boa Viagem, mais estrangulada ainda e suponho que depois há-de ir àquela Ribeira que vai ali junto ao Camelo.

Em resumo, a cave deste edifício, inunda com facilidade, sobretudo quando a Ribeira está numa cota superior, porque está estrangulada e entupida. Claro que, os habitantes daquele prédio no qual se encontra a minha filha, por isso é que estou a defender um prédio em Apúlia, porque já não sou Presidente de Junta nem de Apúlia, nem de Fão, e a resposta que dão os funcionários municipais que, entretanto, lá foram, é “queixe-se ao empreiteiro”. Realmente temos que nos queixar é a quem passou a licença, porque as pessoas que compraram, compraram aquilo confiantes de que, a licença de utilização foi bem passada e, por isso, compraram a habitação. Esta é a primeira nota.

A segunda nota Senhor Presidente, tem a ver com a habitação social, a habitação a custos controlados, que parece que vai andar aqui no concelho e ainda bem, e eu refiro-me à habitação do Caldeirão, que já tem o seu tempo. Na altura em que eu fui Presidente de Junta, estimei e aconteceu a criação de condomínios por cada uma das entradas, porque as pessoas já se estavam a queixar que precisavam de obras de reabilitação, estavam a colocar as culpas na Câmara Municipal, quando sabemos que há ali pouca titularidade por parte do município, apenas 1 ou 2 frações. Em suma, acontece que as pessoas, isto a propósito da herança do bem e do mal, as pessoas há pouco tempo, ficaram na expectativa que iam ser recuperadas as fachadas, uma entrada tem uma fachada totalmente terminada, outra tem uma fachada descascada e outras têm a fachada em cimento.

O que eu lhe pergunto, Senhor Presidente, é como é que vai gerir toda esta situação, porque as pessoas estão à espera de resposta, sei que houve uma reunião no dia 29 de dezembro, que não foi conclusiva, portanto, já passou algum tempo e as pessoas gostariam de saber como é que vai ser gerida toda esta questão.

A terceira nota é para o Senhor Presidente da Assembleia e eu agradeço o facto de ter colocado na ordem de trabalhos e para conhecimento, uma Recomendação que foi aprovada na Assembleia da Freguesia de Fão, e que tem a ver com uma coisa muito simples. As Assembleias Municipais, acontecem 5 vezes ao ano, as de freguesia por lei, acontecem 4 vezes ao ano e nós, na primeira Assembleia de Freguesia deste mandato, tivemos a infelicidade dela se encontrar em simultaneidade com a data da Assembleia Municipal, também a primeira deste mandato. E, portanto, daí o meu grupo político, ter feito aprovar uma Recomendação à Assembleia Municipal, no sentido de, que o Senhor Presidente da Assembleia, com facilidade conseguirá fazer certamente, avisar antecipadamente os Presidentes das Assembleias, de maneira que pelo menos as freguesias, não tenham uma simultaneidade de Assembleia da sua freguesia, com a da Assembleia Municipal.

Eu gostaria de saber se o Senhor Presidente da Assembleia vai ter isso em conta e se na realidade vai gerir esse tipo de situação.

Muito obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as questões colocadas, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Se há pessoas que dizem que não gostam de política, outros gostam mais de política de intervenção.

Em relação às águas pluviais, se calhar, eu não sou arquiteto, nem sou engenheiro, mas se calhar, não devia ter sido feita a cave. Estamos numa zona com risco de inundação, são várias as pessoas que têm risco de inundações nas caves, e, portanto, tivemos uma chuva muito persistente, se calhar têm que limpar as ribeiras, não são os Presidentes da Junta, são os próprios, toda a gente se habitua que o Estado tem que fazer tudo, só que os Presidentes da Junta são vigilantes, se não fosse provavelmente esta chuva intensa e o facto de que, os privados deviam limpar a sua ribeira e prevenir.

Em relação à habitação social, disse que estimulou a criação de condomínio, mas presumo que não conseguiu.

Como sabe aquilo tem casas privadas e casas municipais e são mais as casas privadas do que as municipais. Nós não podíamos estar a fazer obras em casas privadas, as pessoas têm que pagar. Entretanto estamos a tratar disso, eu peço autorização ao Presidente da Assembleia para passar a palavra à Senhora Vereadora Fátima Escrivães, para lhe esclarecer, para dar a conhecer o que está a ser feito.

Obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à Vereadora Fátima Escrivães, que depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Assembleia, esclareceu, nos seguintes termos:

“Boa noite a todas e a todos.

Há aqui uma questão em primeiro lugar, que é importante esclarecer, efetivamente nas entradas no bairro em Fão, foi iniciado o processo para a criação de condomínios e todas as entradas têm o número de contribuinte de condomínio.

Ter um número de contribuinte de condomínio é diferente de ter um condomínio formado a funcionar, ou seja, efetivamente existiram as atas, efetivamente houve um registo, mas a partir daí, não existem reuniões, não existe uma Assembleia de condóminos formada, portanto, há aqui esta diferença. Portanto, o condomínio na prática, nunca se tornou efetivo.

Tal como foi dito, nós tivemos, neste caso eu e o Vereador Aurélio, em reunião no final do ano passado, no bairro em Fão, estivemos a ouvir as pessoas para perceber o que é que se passava, o ponto de situação neste momento é o seguinte, nós pedimos através dos serviços da Câmara, orçamento para a reabilitação das fachadas, pedimos informação ao serviço jurídico da Câmara, para perceber como é que podíamos atuar, uma vez que, lá existem habitações que são da Câmara e habitações que são privadas, e a atuação é diferente.

Aquilo que as pessoas nos disseram lá, é que o que estavam à espera era que a obra fosse gratuita, vamos dizer assim, de qualquer forma, não havia orçamento, pelo menos não conseguimos que ninguém nos mostrasse um orçamento para aquela obra. Neste momento, existe um orçamento que já chegou, temos informação dos serviços jurídicos de como é que podemos atuar e o passo seguinte é a convocatória a todos os moradores, para apresentarmos isso mesmo em reunião, que será para breve.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu também, nos seguintes termos:

“Já agora da minha parte, como sabe, eu também estou limitado pela Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal aprova um conjunto de assuntos que depois vêm à Assembleia.

Handwritten marks: a small symbol and the word "Cul" with a checkmark.

Portanto, é mais fácil a junta trocar do que eu, basta ver que este problema foi apenas com Fão, mas nós vamos tentar comunicar o mais cedo possível, de forma a que cada um possa gerir.”-----

Por último, o Presidente da Mesa deu a palavra ao terceiro inscrito, Sr. Tito Gaifém, que em síntese disse:

*“Muito boa noite,
Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia e a Mesa,
Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Presidentes de Junta,
Público.*

Visto que estamos na casa da Democracia e que de facto é possível exercer a cidadania, digo já ao Senhor Presidente da Câmara, que espero que os assuntos que traga aqui, sejam também, que são seguramente do foro do município e das reuniões públicas, em algumas eu já os expus, mas gostaria também de dizer ao Senhor Presidente da Assembleia, que de futuro tivesse cuidado com a ordem de inscrições do público, porque eu penso que fui a primeira pessoa a ser inscrita, mas se não fui, peço desculpa.

Eu gostaria que tivesse em conta isso, mas eu tenho certeza absoluta de que não fui o último, isto é só um pormenor.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a Senhora tinha pedido para ser a primeira, porque tinha os filhos sozinhos em casa e, por esse motivo, foi-lhe dada prioridade.-----

Retomou a palavra o Senhor Tito Gaifem, nos seguintes termos:

“Em relação ao meu amigo Luís Peixoto, eu penso que cheguei primeiro que ele, eu sei que ele já foi Presidente de Junta, mas é só um aparte.

O assunto que eu quero trazer aqui e já foi falado, nomeadamente pela intervenção do Senhor Presidente da Assembleia e pelo Francisco Melo, que tem a ver com o PDM. E eu escrevi aí território e coesão territorial, porque o PDM, como nós sabemos todos, é um instrumento importantíssimo para a ocupação do solo, como devemos ocupá-lo, para tratar de zonas periféricas, para cuidarmos também de toda a malha urbana, zonas industriais que estão prometidas, nomeadamente uma Norte e uma a Sul, saber onde é que elas ficam, definirmos, não para agora, como todos nós sabemos, mas um corredor para a futura linha ferroviária que chegará a Esposende. Enfim, o tal Multiusos, um conjunto de obras que me parece que os Senhores Deputados não têm focado muito, este instrumento importante que é o PDM.

A minha pergunta para o Senhor Presidente da Câmara é, que nos explique a todos, o porquê deste instrumento e deste documento ainda não estar aprovado, nem sequer foi a discussão pública, quais são verdadeiramente as razões, e que nos dê de facto um deadline para que efetivamente este documento possa estar ao serviço dos esposendenses e de todos os munícipes.

Porque eu penso que ele vai impactar muito na atração de investimento. E se me permite também, focar uma questão que foi aqui falada, que tem a ver com a Orla Costeira. Foi dito que as tempestades foram benévolas para com o nosso território, que são 15 km de costa. Eu discordo, eu sei que há praias que a areia desapareceu totalmente em pleno praia mar, ficámos sem praias, em zonas como no Ofir e outras, nomeadamente, na Bonança. E por falar

na Bonança, gostaria também, isto tem a ver com a ocupação do território, está lá a ser edificada uma moradia a 50 metros de uma ou duas que estão em risco de derrocada e, portanto, eu queria saber efetivamente, quando é que esse documento importantíssimo ficará aprovado, o que é que faz com que esse documento não apareça.

E depois também, tem a ver com as vias estruturantes para o nosso município, uma delas que sei que não é da tutela da Câmara, que é a Estrada Nacional, ela em muitas zonas passa por zonas urbanas, é uma via estruturante também de norte para sul e de sul para norte, atravessa o concelho, e eu gostaria de saber o que é que é possível fazer. Nomeadamente, nas vias municipais e, nomeadamente, ali em Fão, na rua das Pedreiras, há ali um polo industrial não sei se é aí que vai nascer a nova zona industrial, ou que vai crescer, e ainda hoje passei lá ao vir para aqui e há lá 2 crateras no pavimento, num cruzamento muito importante, inclusive elas estão cobertas de água, tem lá uma sinalização precária, diria eu, mas está sinalizado e eu penso que os serviços municipais, não sei se têm esse serviço de tapar aqueles buracos, até que haja uma intervenção, porque na última reunião de Câmara pública, já lhe falei nesse cruzamento, inclusive o Senhor Vereador Aurélio ficou de ver efetivamente o que é que se passa. Está ali um estrangulamento junto aquela serração, que dificulta todo o acesso aquela zona. Portanto, eu gostaria que de facto, e a pergunta é esta, para quando é que vamos ter efetivamente um documento do PDM aprovado, para reger as regras de ocupação do território?

Muito obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Primeiro queria corrigir aqui, acho que houve aí um mau entendimento, a tempestade não foi benévola para nós, eu disse que, comparando com a desgraça que tivemos no centro do país, sim, em termos comparativos, aliás, é público, tivemos a rampa dos pescadores que foi afetada, que esteve em risco, tivemos que fazer uma intervenção e tivemos passadiços que foram destruídos. Agora, comparando com o centro do país, realmente fomos algo felizes desse ponto de vista.

Em relação ao PDM, o prazo que nós temos para apresentar o PDM será 30 de junho de 2026, por isso é que nós dizemos que estamos numa corrida contra o tempo, porque tem estado atrasado, não houve reuniões e, provavelmente, vai abrir discussão pública dentro de 2 meses e depois tem que ser aprovado. A segunda reunião irá decorrer dentro de um a dois meses, da Comissão Consultiva e a Assembleia está dentro do assunto, não sei se esteve cá na última Assembleia Municipal, mas foi eleito um elemento de acompanhamento do PDM, da Assembleia Municipal, que antes era o Arquiteto António Morgado, agora é o Senhor Alberto Figueiredo.

Em relação às crateras, a intempérie também provocou várias crateras, eu penso que em todo o concelho já estão identificadas, penso que, se essas não estão identificadas, vão ser rapidamente identificadas e, está a ser feito o encerramento das crateras para que se torne viável o trânsito.

E depois mais nada, só posso concordar consigo que o PDM é um instrumento demasiado importante para se deixar ao abandono e que estamos empenhados nisso.

É uma das nossas prioridades, todas as semanas temos tido reuniões por causa do PDM.”-----

47

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período da Ordem do Dia.-

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – ELEIÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR QUE REPRESENTARÁ A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. L) DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.-----

Foi solicitado à Assembleia Municipal de Esposende que designe um cidadão, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ, decorrente da necessidade de se proceder à substituição de um dos cidadãos anteriormente eleitos, de acordo com o previsto no artigo 17º da Lei nº 147/99, de 01 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 142/2015, de 08 de setembro, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR E 9 ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD E, ASSIM, DESIGNAR PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, A CIDADÃ MARINA LUÍSA CARNEIRO GARCIA CARDOSO.-----

Perante os resultados apurados, o Deputado António José Morgado, pediu a palavra apenas para registar o facto de a votação não ter sido por unanimidade, por não ter sido cumprido o acordado na reunião da Comissão Permanente.-----

03.02 – DELIBERAÇÃO SOBRE A FIXAÇÃO DO VALOR DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DO ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 29/87, DE 30 DE JUNHO, NA SUA VERSÃO ATUALIZADA.-----

Foi presente na sessão Proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que se fixe o valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal de Esposende, nos termos do nº 1 do artigo 17º do estatuto dos eleitos locais, aprovado pela Lei nº 29/87, republicada pela Lei nº 52-A/2005, de 10 de outubro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL, E ASSIM, FIXAR O VALOR DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DO ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 29/87, DE 30 DE JUNHO, NA SUA VERSÃO ATUALIZADA.--

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DO EDIFÍCIO OU INSTALAÇÕES DA RIO NEIVA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE, AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia, retirar este assunto da presente ordem de trabalhos, ao abrigo da al. d) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual versão, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.-----

03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ISENÇÃO DE 100% DAS TAXAS MUNICIPAIS NA FEIRA QUINZENAL DURANTE OS MESES DE ABRIL A JUNHO DE 2026, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de fevereiro de 2026, foi presente na sessão para aprovação, proposta da Câmara Municipal no sentido de conceder aos respetivos feirantes, nos meses de abril a junho de 2026, a isenção de 100% da taxa municipal referente à ocupação permanente e ocasional, por dia e por m², prevista nos pontos 1 e 2 do artigo 26.º da Secção II do Capítulo VIII do Regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais, e que dizem respeito aos lugares de terrado existentes na Feira Quinzenal. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Municipal João Paulo Torres colocado algumas questões, às quais o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE CONCESSÃO, AOS RESPETIVOS FEIRANTES, NOS MESES DE ABRIL A JUNHO DE 2026, DA ISENÇÃO DE 100% DA TAXA MUNICIPAL REFERENTE À OCUPAÇÃO PERMANENTE E OCASIONAL, POR DIA E POR M², PREVISTA NOS PONTOS 1 E 2 DO ARTIGO 26.º DA SECÇÃO II DO CAPÍTULO VIII DO REGULAMENTO DE COBRANÇA E TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS

Handwritten initials and a signature in blue ink.

RECEITAS MUNICIPAIS, E QUE DIZEM RESPEITO AOS LUGARES DE TERRADO EXISTENTES NA FEIRA QUINZENAL.-----

Pela Deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Por razões de equidade com outros feirantes que também deveriam beneficiar da medida, já que as razões invocadas (ex. mau tempo) se fazem sentir também noutras feiras e mercados de rua existentes no conselho. A medida é positiva, não o negamos, mas não deve ser reservada para as taxas municipais na Feira Quinzenal de Esposende, pois cria uma situação de injustiça relativa com outras pessoas em situações totalmente idênticas.”-----

03.05 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM, NOS TERMOS DO Nº 3 DO ARTIGO 26º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de fevereiro de 2026, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal designe a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Luís Miguel Damas & Associados, SROC, Lda, NIPC 515 194 336, inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 333 e no Registo de Auditores da CMVM com o nº 20190012, representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos, R.O.C. nº 1034, como Fiscal Único da Esposende 2000 – Actividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda., bem como, para Fiscal Único Suplente, o Senhor Luís Miguel Barros Martin Damas, inscrito na OROC sob o nº 1326 e na CMVM sob o nº 201609360. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, não se verificaram intervenções.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DO DEPUTADO DO CHEGA, E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA DO PS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA, A SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS LUÍS MIGUEL DAMAS & ASSOCIADOS, SROC, LDÁ, NIPC 515 194 336, INSCRITA NA LISTA DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O Nº 333 E NO REGISTO DE AUDITORES DA CMVM COM O Nº 20190012, REPRESENTADA POR JOSÉ CARLOS NOGUEIRA FARIA E MATOS, R.O.C. Nº 1034, BEM COMO, PARA FISCAL ÚNICO SUPLENTE, O SENHOR LUÍS MIGUEL BARROS MARTIN DAMAS, INSCRITO NA OROC SOB O Nº 1326 E NA CMVM SOB O Nº 201609360.

---Sendo 23 horas e 25 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

